



Presidência da República  
Secretaria-Geral  
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**- ATA –**  
**4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE**  
**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**  
[Gestão 2023-2025]

Data: 06 e 07 de agosto de 2024

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

**Abertura e boas-vindas à 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2024.** A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, confirmou que o Plenário apresentava quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião apresentando a pauta prevista para os dois dias de trabalho. A Presidenta do Consea procedeu à leitura da **Pauta Proposta**: Dia 06/08/2024 – manhã, 09h00: Abertura e Boas Vindas; 09h10 – 11h00: Experiências, desafios e perspectivas para a gestão e o controle social do PNAE no âmbito SISAN; 11h00-12h50: Por uma abordagem antirracista para os desafios e potencialidades da participação de da População Negra, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais no PNAE. Dia 06/08/2024 – tarde, 14h00 – 14h40: Pronunciamento Ministerial; 15h00-17h30: Reunião das Comissões Permanentes (CPs) e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE); 17h30 – 19h00: Reunião dos Grupos de Trabalho. Dia 07/08/2024 – manhã, 08h30-12h30: Reunião das CPs, GTs CPCE; Dia 07/08/2024 – tarde – Sessão Plenária 14h00 – 15h30: Relato das CPs, GTs e CPCE; 15h30 – 16h30: Deliberações da Plenária; 16h30 – 17h15: Informes. A Presidenta Elisabetta Recine informou, além da dinâmica dos dias e horários da plenária, que o momento de pronunciamento Ministerial contaria com a presença do Secretário-Geral, Ministro Márcio Macedo e também o Ministro substituto do Ministério do Desenvolvimento Social, senhor Osmar Ribeiro Júnior. Salientou que o senhor Ministro Camilo Santana não pôde comparecer por uma agenda externa de viagem. Para o dia seguinte, explicou que as reuniões das comissões começariam em diferentes horários devido à participação de alguns conselheiros nos Grupos de Trabalho (GTs) Internacional e de Cultura Alimentar. Para finalizar, a segunda tarde seria destinada além dos relatos das comissões, dos GTs, da Comissão Permanente de Conselheiros Estaduais (CPCE), também às deliberações necessárias quanto às recomendações propostas pelas comissões e informes. A Presidenta Elisabetta Recine ressaltou a importância de aprovação da pauta, a qual foi aprovada. Concluída a leitura de pauta, a Presidenta do Consea convidou Vanessa Schottz, conselheira pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a qual, também coordena a comissão permanente que atua na agenda de abastecimento e produção de alimentos, para compor a mesa. Após saudar todos os presentes, a Presidenta resgatou a importância do tema da Plenária. Pontuou que o Consea tem um acompanhamento histórico e de proteção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ressaltou o trabalho intenso do Consea, por meio de diálogo com os diversos setores na concepção da Lei, o acompanhamento de sua tramitação no congresso até a aprovação. Destacou a importância do programa no período da pandemia, para manter as condições mínimas de alimentação, não só para os escolares, mas também de suas famílias, porém, ao mesmo tempo houve um número de projetos protocolados no sentido de desvirtuar o programa. O PNAE é um programa histórico e considerado um cartão de visitas para o mundo, gerando cobiça devido a sua abrangência. Essa abrangência e volume de recursos move interesses que fogem da preservação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) fazendo-se necessário o constante monitoramento pelo Consea Nacional e Conseas Estaduais. O retorno deste tema para a Plenária ocorreu no sentido de aprofundar o compromisso de acompanhamento, contribuição e qualificação do programa. Quem acompanha a agenda tem conhecimento que há 4 décadas a compra

da alimentação escolar era centralizada na esfera federal com produtos industrializados e que mesmo com a descentralização para os estados, a realidade ainda é desafiadora. Assim, o Consea tem se colocado ao lado do programa, no sentido de protegê-lo e aprimorá-lo, sendo, esse o grande objetivo da plenária. Ao término da fala, a Presidenta agradeceu novamente a presença de todos e informou que a secretaria executiva do Consea enviou todas as atas de 2023 para aprovação remota e que todas encontram-se aprovadas neste momento. A Presidenta pediu que todos se identificassem ao usarem o microfone, pelo nome e a organização que representam. Também solicitou a assinatura da lista de presença. Reforçou que todas as plenárias são pensadas em conjunto com a mesa diretiva, que é composta pelas coordenações de todas as comissões. A partir da discussão realizada pela mesa e dependendo do processo, um grupo de trabalho é reunido para pensar na temática levantada ou toda a mesa diretiva se responsabiliza pela organização da Plenária. A partir dessa fala, a presidenta passou a palavra para a conselheira Vanessa Schottz.

**Ponto de Pauta: Experiências, desafios e perspectivas para a gestão e o controle social do PNAE no âmbito SISAN.** Vanessa Schottz cumprimentou todos os presentes e externou seu contentamento por poder debater sobre o PNAE no âmbito do Consea. A conselheira reforçou que o Consea sempre acompanhou e contribuiu com o programa, e que, na presente data teriam a oportunidade de discutir, ouvir experiências, desafios e perspectivas para a gestão e o controle social do PNAE no âmbito do Sisani. Para trazer essas contribuições convidou para compor a mesa a conselheira Mariana Santarelli, representante do Observatório de Alimentação Escolar (OAE), José dos Santos – Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Pernambuco, Dilane Alcântara - gerente de alimentação escolar da Subsecretaria de Segurança Alimentar da prefeitura de Belo Horizonte, e Fernanda Pacobahyba - presidenta do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, FNDE. Vanessa Schottz retomou a palavra agradecendo a Presidenta, e convidou a conselheira Mariana Santarelli para fazer a fala em nome do Observatório da Alimentação Escolar, sobre “Perspectivas e propostas da sociedade civil para a consolidação, ampliação e fortalecimento do PNAE”. A convidada iniciou sua fala apresentando o Observatório da Alimentação Escolar (OAE) como uma rede formada por um conjunto de organizações e movimentos sociais que atuam coletivamente em defesa da alimentação escolar. O OAE foi criado durante o período da pandemia a partir da necessidade de fazer um monitoramento e acompanhamento do que estava acontecendo naquele período. Ele possui um núcleo executivo composto pela FIAN Brasil e pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. No total, 20 organizações de movimentos sociais fazem parte do seu Comitê Consultivo. O Observatório busca escutar, sistematizar, produzir estudos e criar um acervo com materiais de referência sobre alimentação escolar. Com base nessas atividades fazem um trabalho de incidência no Congresso Nacional e também junto ao executivo. Dentre as pautas relevantes para acompanhamento cita-se, compras públicas da agricultura familiar, sobretudo, a perspectiva de prioridade de povos indígenas, comunidades quilombolas, mulheres e assentados da reforma agrária, as desigualdades nos projetos de implementação, e a defesa do PNAE no Congresso. Mariana contou que teve a oportunidade de escrever um artigo para o Fórum Brasileiro de Soberania

Alimentar, com um pouco da história de participação social no processo de elaboração do PNAE. A constituição do Grupo de Trabalho (GT) para elaboração da Lei para instituição da política do Plano Nacional do PNAE, se deu dentro do Consea. Foi um trabalho árduo, entre o início de concepção e elaboração do Projeto de Lei (PL) até sua aprovação no Congresso Nacional. Muitos dos mecanismos conquistados como, por exemplo, a obrigatoriedade da compra pública, dificilmente seriam aceitos num contexto presente do Congresso Nacional. Fatos como esses reforçam a necessidade de proteção da Lei por entender que ela representa muito dos anseios da sociedade, uma vez que foi construída dentro de uma perspectiva de direitos, sobretudo, do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. Mariana Santarelli também citou a Resolução nº 6 de 08.05.2020, do FNDE, como um Marco relevante para a restrição da oferta dos alimentos ultraprocessados de forma alinhada aos preceitos do Guia Alimentar para a População Brasileira e também para o Guia para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos de Idade do Ministério da Saúde. Considerou como dois Marcos legais muito importantes, que pavimentaram a trajetória desafiadora de universalização, para que todos os estudantes da rede pública da educação básica tivessem direito à alimentação escolar. Tendo a própria Lei definido essa obrigação como um dever do Estado. Esses Marcos garantiram a descentralização e o cofinanciamento realizado pelo FNDE, o qual é responsável por fazer a transferência dos valores per capita para as entidades executoras, e com a corresponsabilidade dos demais entes federados, o que culminou em uma trajetória de democratização das compras públicas de alimentos por parte do estado brasileiro. Mariana frisou que dentre os desafios a serem debatidos em uma mesa específica durante a plenária estão a prioridade para os assentados, povos indígenas, quilombolas e mulheres, também a promoção de uma alimentação saudável e adequada, com respeito à cultura, aos hábitos alimentares, às necessidades específicas e a restrição da oferta de alimentos. Apesar de todos os avanços positivos, ainda existem obstáculos entre os quais, o que está definido em Lei e o que é realidade da implementação. Mariana Santarelli apresentou algumas perguntas para reflexão, uma delas foi “estamos construindo uma trajetória de democratização das compras públicas da agricultura familiar?” Em relação aos dados da execução do PNAE, os quais são sistematizados a partir do sistema de prestação de contas do FNDE destacou uma trajetória ascendente, no entanto, chamou atenção que durante o período da pandemia da Covid19 houve uma queda do percentual total de compras feitas da Agricultura Familiar (AF), chegando a 45% do total de aquisição no ano de 2022. Sobre esses dados há algumas dúvidas em relação a sua inserção pela entidade executora no sistema, como o método de sistematização. Observou-se que apenas 55% das entidades executoras do PNAE, cumpriram a obrigatoriedade de aquisição de um mínimo de 30% da AF em 2022. Há entidades que compram quase 100%, e aquelas que complementam o recurso, outras que não compram, ademais é muito grande o número de municípios que não executam as compras da agricultura familiar. Não é possível saber quais são esses municípios, pois não há monitoramento ou mecanismos de acompanhamento. Também não existe o cruzamento dos dados nos sistemas para entender quem são os agricultores familiares que realizam a venda para o PNAE. Existe a suspeita que há uma concentração de vendas

em cooperativas de grande porte, em muitos casos formadas por uma maioria de pessoas que não são agricultores familiares, no entanto não é possível estimar e monitorar as prioridades, como: mulheres, agricultores indígenas e quilombolas. Mariana Santarelli deu seguimento abordando a restrição da oferta de ultraprocessados (AUP). Recentemente, o OAE publicou junto com o Núcleo de Saúde Pública e Nutrição da USP um *Policy brief* onde sistematizaram todas as notas fiscais do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) em função das categorias de processamento dos alimentos. Os resultados mostraram que em 2015 (antes da publicação da Resolução nº6 de 2020, a qual define que haja aquisição de no máximo 20% de alimentos ultraprocessados), 30% dos municípios cumpriram com a meta de restrição da oferta de AUPs. No ano de 2019, 40% dos municípios brasileiros já utilizavam menos de 20% dos recursos do PNAE na aquisição de processados e ultraprocessados. Os dados apontam que, o que antes parecia difícil de ser atingido é possível, sobretudo, quando combinado com as compras públicas da agricultura familiar. Outro tema relevante foi a campanha permanente realizada pelo OAE para o reajuste dos valores per capita do PNAE, os quais não possuem regras definidas em Lei ou em Resoluções do FNDE para atualização. Esses reajustes dependem da vontade política, tornando o PNAE muito vulnerável à inflação de alimentos. Entre 2010 e 2024, os valores foram atualizados apenas 4 vezes (2010, 2013, 2017, 2023), com critérios aleatórios. Depois de 6 anos sem atualização, o orçamento do programa foi reajustado em 34%, no entanto, esse valor ainda não é suficiente. O Observatório realizou uma simulação dos valores per capita para o ano de 2025 na Alimentação Escolar, considerando a defasagem dos valores desde 2010, o orçamento deveria ser de 9,9 bilhões, para garantia do mínimo a partir do ano de 2023 o orçamento chegaria a 6,2 bilhões. O Observatório avaliou a necessidade de um mecanismo permanente para garantia do reajuste do programa e citou o Projeto de Lei (PL) da senadora Teresa Leitão que cria uma regra permanente de reajuste anual dos valores per capita, de forma automática, por Lei. Mariana Santarelli também comentou sobre a dificuldade de municípios menores, com menor capacidade de arrecadação e maior concentração de vulnerabilidade alimentar, em complementar os recursos dos PNAE, a exemplo do estado do Amazonas, onde 57% das entidades executoras não complementam o recurso que é repassado pelo FNDE. Esses locais possuem com maiores problemas de insegurança alimentar. Nesse sentido, é de suma importância considerar essas distintas condições socioeconômicas no desenho de financiamento. O Observatório apoia PLs que alteram esse desenho e projetos que venham ser pensados por parte do FNDE nesse sentido. Em relação ao monitoramento realizado pelo Observatório perante ao Congresso Nacional, foram identificados mais de 120 PLs em tramitação, que tentam fazer alterações no PNAE. Dentre as categorias de abordagem desses PLs citam-se: PLs que criam reserva de mercado para determinados produtos como, por exemplo, o leite fluido, a carne bovina, e carne suína, PLs que alteram o percentual mínimo de 30% pra mais, pra menos, ou que até retiram a prioridade dada pra públicos específicos como os assentados, povos indígenas, quilombolas e mulheres, PLs voltados pra viabilizar a distribuição direta de alimentos ou a transferência financeira, PLs que alteram questões relativas ao orçamento e valores per capita do PNAE. Mariana Santarelli chamou atenção para o PL apresentado no dia 30 de julho pela

senadora Janaína Farias, que propõe a criação de uma Política Brasileira de Alimentação Escolar, o qual basicamente revoga a Lei do PNAE, e dá outras providências, o qual o Observatório recebeu com grande surpresa, pois não tinha conhecimento da proposta. O PL visa estruturar um modelo de cooperação federativa, na promoção da alimentação escolar, cria um Conselho Nacional de Alimentação Escolar e cria uma série de novos regramentos sobre financiamento, compras da agricultura familiar e outros aspectos. Salientou a necessidade de entender em quais aspectos o PL avança em relação ao que há hoje, e se, esses avanços são suficientes para colocar em risco aquilo já conquistado. Mariana Santarelli deixou como pergunta final “o que de fato, é considerado com avanço com essa proposta, que diálogos foram feitos com a sociedade para subsidiá-la e em que medida essas alterações se justificam frente ao risco de colocar as diretrizes e dispositivos conquistados em negociação no Congresso Nacional?”. A conselheira Vanessa Schottz agradeceu as contribuições do Observatório, as quais representam também as contribuições da sociedade civil como um todo, porque uma marca do PNAE, é a participação da sociedade civil desde a elaboração do PL até o processo de regulamentação, de construção de mecanismos, e de operacionalização do programa. Também ressaltou a preocupação com um projeto que não possui um debate estratégico com a sociedade. Por fim, convidou o senhor José Cruz dos Santos falar sobre Desafios do monitoramento do PNAE e as contribuições do controle social. Senhor José é presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Pernambuco. Senhor José Cruz dos Santos iniciou a fala se apresentando, como parte do povo indígena Pankararu, do sertão de Pernambuco, a 460 km da capital. Em 2017 foi convidado para participar do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) estadual, como povos indígenas da comissão de professores, representando a sociedade civil, como conselheiro do povo indígena, negro, do sertão e ficando responsável pela política pública de alimentação escolar de um estado com 185 município e mais um distrito de Fernando de Noronha com quase 1.060 escolas. Contou sobre seu apoio aos povos indígenas para que possam vender seus próprios produtos para alimentação escolar. O CAE é composto por 28 conselheiros de todas as regiões - metropolitana, agreste e sertão. Entende que por ser um trabalho voluntário é preciso ter como uma missão, com mais amor e defender aquilo que acredita. Dentre as entidades representativas tem-se os indígenas, os quilombolas de Conceição das Crioulas, os quilombolas de Garanhuns. Sobre as atividades realizadas citou acompanhamento sistemático de visitas, com calendário anual de reuniões, comissão de finanças, comissão, parceria com órgãos de controle, como o Ministério Público, para realizar um trabalho conforme a Lei. Como obstáculos enfrentados, lembrou do período da pandemia com a transferência do recurso para as famílias, uma vez que não podiam comprar cestas básicas e então utilizaram como critério o CadÚnico para utilização dos cartões de benefícios. Senhor José citou a importância do Consea como apoiador dos CAEs para monitorar e acompanhar a aplicação dos recursos de forma eficiente e de forma igualitária. Apesar da garantia em Lei, a unidade executora ainda não possui um plano para as comunidades indígenas fornecerem seu próprio produto, mesmo assim, já foi realizado um levantamento das produções indígenas para oferta nos cardápios escolares. Segundo senhor José, o produto da alimentação escolar, deve garantir os hábitos alimentares e culturais, mas além disso, é preciso observar o

período de produção, sendo necessário a discussão sobre a flexibilidade da aquisição dos produtos, uma vez que para além da utilização do recurso é necessário garantir sua qualidade. Citou a necessidade de flexibilizar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), para melhorar não só a qualidade do produto que chega, mas também a aproximação de quem produz com a escola, garantindo a transversalidade do currículo escolar favorecendo o processo de ensino-aprendizagem, pois só a educação é capaz de mudar e transformar a realidade do povo. Vanessa Schotzz agradeceu e parabenizou senhor José pelo excelente trabalho executado pelo Conselho de Alimentação Escolar de Pernambuco. Citou o desenvolvimento de estratégias interessantes para o monitoramento da alimentação escolar. Posteriormente convidou a senhora Adilana Alcântara, gerente de alimentação escolar da Subsecretaria de Segurança Alimentar da prefeitura de Belo Horizonte (BH), para falar sobre cofinanciamento, gestão interfederativa e intersetorialidade no PNAE a partir da experiência de Belo Horizonte. Adilana Alcântara iniciou sua fala parabenizando senhor José pelo trabalho desenvolvido e por sua capacidade de fazer controle social. Em seguida, ressaltou a gestão centralizada do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Belo Horizonte, onde todas as etapas de execução do PNAE acontecem por meio do próprio município. Dentre as etapas, citou a gestão do orçamento, a prestação de contas, a elaboração do cardápio, a aquisição e controle de qualidade dos alimentos, toda a logística e distribuição, produção e oferta das refeições, supervisão técnica *in loco* e educação alimentar e nutricional. A prefeitura de Belo Horizonte segue as diretrizes da Resolução nº6. O recurso federal é repassado pelo FNDE para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios para as unidades escolares. O município por sua vez, complementa essa aquisição por meio de recursos próprios, além de todo investimento com material, infraestrutura e pessoal. Em Belo Horizonte, a gestão técnica, administrativa e orçamentária do programa acontece na Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, desde 1994. Participam do PNAE no município de BH, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, por meio da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela execução técnica, administrativa e financeira; a Secretaria Municipal de Educação, parceira, corresponsável pela gestão e responsável pela infraestrutura das unidades; as unidades educacionais, responsáveis pelo recebimento, armazenamento, produção e distribuição das refeições, bem como pelo monitoramento da execução do programa no âmbito de sua competência. O Conselho de Alimentação Escolar também é um parceiro, composto por 28 conselheiros entre titulares e suplentes. Para fazer a gestão compartilhada o município possui uma instrução normativa onde a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão estabeleceu as diretrizes e os procedimentos para o processo de gestão do PNAE no âmbito das secretarias envolvidas. Sobre o orçamento a previsão para 2024, foi de mais de R\$88 milhões, sendo cerca de R\$43 milhões do FNDE e do município cerca de R\$45 milhões. Adilana citou que esse orçamento foi aumentando gradativamente desde 2018, e que atualmente a contrapartida do município é superior ao investimento federal. Outro ponto interessante é a compra direta realizada pelas escolas, a fim de garantir maior qualidade desses produtos, principalmente, em face da perecibilidade ou de alguma especificidade. Dentre os

desafios citou as compras da agricultura familiar do ponto de vista do volume de aquisição e a logística de distribuição dos alimentos. Para superar esses desafios, Belo Horizonte criou um comitê gestor de compras da agricultura familiar formado por membros da Emater local e pelo Sebrae. Essa estratégia tem sido fundamental para o avanço no percentual de compras da agricultura familiar. Outro desafio enfrentado em 2022 foi a não execução do percentual mínimo de 30% para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar devido à perda das licitações. Nesse sentido, considerou ser importante que as cooperativas e associações de agricultores familiares consigam se organizar para atender grandes municípios. Esse desafio tem sido superado por meio de um diálogo intersetorial com agendas regulares de formação e capacitação de cooperativas e agricultores, principalmente com relação à formação de preços e logística. Em relação a estrutura organizacional da Secretaria, informou que a gerência de alimentação escolar, estaria dentro de uma diretoria de assistência alimentar, responsável pela execução técnica do programa. Quanto aos profissionais, complementou que Belo Horizonte contaria com 75 profissionais nutricionistas no quadro técnico, desses profissionais, 55 fariam trabalho de supervisão *in loco*, com visitas semanais às unidades. A Subsecretaria de Planejamento e Gestão, possui uma interface importante com o centro de referência em segurança alimentar e nutricional, no âmbito da qualificação profissional e também das ações de educação alimentar e nutricional. Citou, ainda, o Sistema de Gestão da Assistência Alimentar com funcionalidades desde a modernização de gestão, cadastro das unidades, cadastro dos alimentos, cardápios e fichas técnicas, contratos, ou seja, todo o planejamento que envolve o programa, compras, comunicação com fornecedores, programação de fornecimento e execução final com recebimento e armazenamento dos alimentos, a produção das refeições, registro de indicadores de qualidade, consumo e desperdício. Todo o trabalho supracitado demanda um sistema e um processo mais automatizado de gestão para execução do programa de forma eficiente e transparente. Algumas funcionalidades do programa ainda estão em desenvolvimento. Adilana sugeriu ao FNDE a criação de um sistema universal para todos os municípios, garantindo a execução do programa de forma mais automatizada e transparente. Outro trabalho importante executado em BH que foi lembrado se refere ao incentivo ao aleitamento materno na educação infantil junto com a Secretaria Municipal de Saúde. Também teriam desenvolvido uma parceria com a Universidade através de um grupo de pesquisa que envolve professores e profissionais da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Ademais, haveria um encontro anual de gestores escolares, para escuta, e orientação, que aborda questões de legislação, apresenta documentos orientadores, com todo o detalhamento da execução para facilitar a interlocução. Além disso, foi abordado competências e responsabilidades dos atores, de modo que cada um, se sentisse pertencente e corresponsável. Adilana finalizou sua fala apresentando fotos de ações de Educação Alimentar e Nutricional realizadas pela equipe. Todos esses conteúdos podem ser encontrados no site da prefeitura municipal de Belo Horizonte. Vanessa Schottz agradeceu Adilana e enfatizou a importância de ouvir a experiência de uma capital com gestão própria, em um momento que o programa enfrenta o desafio da terceirização. Posteriormente, convidou a presidenta do Fundo Nacional para o

Desenvolvimento da Educação, Fernanda Pacobahyba para fazer sua fala. Fernanda Pacobahyba agradeceu o convite e parabenizou as falas anteriores. Trouxe uma fala do senhor Ministro Camilo Santana, o qual não pôde estar presente, sobre a importância do PNAE como uma política fundamental. A alimentação escolar tem caráter estruturante e fundamental para que o direito à educação também possa se erigir. Fernanda Pacobahyba deu sequência apresentando a atividade “FNDE Chegando Junto”, e citou a Constituição Federal, a qual faz uma conexão para os chamados programas suplementares, os quais estruturariam ou fariam com que a educação pudesse ser estruturada. Dentre eles, a alimentação escolar, o transporte escolar e a assistência à saúde. No próximo ano, o Programa Nacional de Alimentação Escolar irá completar 70 anos, destaca sua longevidade e sua conexão com a educação, de modo que permite com que a educação aconteça. Fernanda Pacobahyba levantou a discussão sobre o custo de manutenção de cada criança conforme seu contexto e necessidade, um dado inexistente no PNAE. Atualmente, a conta é feita pelo número de alunos e orçamento. Estudos profundos no âmbito do FNDE têm sido feitos com parceiros internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e o PMA (Programa Mundial de Alimentos), além de grupos técnicos. A presidenta comentou sobre sua experiência na Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, em relação a necessidade de estruturar todos os sistemas SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), orçamentos públicos, para que os identificadores desses gastos possam ser visualizados. Atualmente não é possível identificar os orçamentos municipais, a exemplo de qual foi o aporte para a alimentação escolar, visto que aparecem diferentes rubricas e denominações, o que seria regra básica de responsabilização e prestação de contas, para o financiamento. Isso seria uma das fragilidades do programa, uma vez que, toda gestão deve ser baseada em dados. No tocante ao financiamento, é necessário ter em mente qual é a parcela do município e do estado, e por isso, a necessidade de ter regras e o *accountability*, para que não sejam utilizadas as brechas. Com relação à estrutura, ainda há o desafio para se ter cozinhas e refeitórios melhor estruturados. Quanto a prestação de contas, o FNDE hoje é o órgão da República que mais possui prestações de contas a serem analisadas. O FNDE trabalha junto ao Tribunal de Contas da União, para desenvolver uma ferramenta de acompanhamento e monitoramento das unidades executoras em tempo real. Fernanda Pacobahyba citou a Resolução nº07 publicada em 2 maio de 2024, a qual trata da plataforma BB Gestão Ágil, para monitoramento em tempo real, por toda a sociedade, da execução dos recursos repassados pelo FNDE. Ainda existem desafios enfrentados pelo FNDE, especialmente no que se refere a processos administrativos e o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a prescrição desses processos. Foi destacado que o FNDE ainda enfrenta questões que precisam ser resolvidas para garantir uma gestão mais profissional e eficiente. A importância de acompanhar de forma adequada o montante financeiro disponível foi enfatizada, considerando que, embora não seja suficiente, é um recurso considerável e vital para o programa. Fernanda Pacobahyba destacou que o PNAE é crucial tanto no contexto brasileiro quanto internacionalmente. Elogiou o esforço do presidente Lula em liderar uma aliança global contra a fome, enfatizando a desonra que é ver bilhões de pessoas passando fome em um mundo com

tanto desenvolvimento intelectual e estrutural. O programa é visto como uma vitrine internacional, servindo como motivação para o processo interno do Brasil. A colaboração com a FAO foi mencionada como uma oportunidade significativa para promover o programa e suas ações. Discutiu-se a expansão da rede de alimentação escolar sustentável na América Latina e Caribe, destacando a necessidade de formalização e avaliação dos parceiros envolvidos. Reconheceu-se que não é viável tratar todos os países de forma igual, devido às diferentes realidades e desafios que cada um enfrenta. Um dos principais desafios identificados no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é lidar com as assimetrias federativas, onde alguns entes executam bem e garantem alimentação de qualidade, enquanto outros têm dificuldades, resultando em crianças passando fome, mesmo com recursos disponíveis. A atual abordagem do governo federal, que utiliza uma única régua para tratar os diferentes entes, foi criticada. É necessário um novo olhar sobre a execução dos recursos, evitando que valores permaneçam parados nas contas. Foi mencionado que iniciativas em andamento buscam construir perspectivas. O caso do estado do Amapá, que apresenta o pior IDEB do Brasil, e a região do Marajó, no Pará, foi citado como exemplo de necessidade de intervenção intensiva, incluindo suporte direto para estruturar as políticas de alimentação escolar. Foi enfatizado que o governo federal não pode se limitar a uma visão isolada de Brasília, é fundamental que haja uma presença ativa nas regiões que enfrentam dificuldades. A importância de dados sobre a execução dos programas foi ressaltada, permitindo identificar quem está cumprindo as metas e quem não está, a fim de tomar medidas mais efetivas. Por fim, Fernanda Pacobahyba se colocou à disposição para debater outros assuntos ao longo da manhã e agradeceu a presença de todos. Vanessa Schottz direcionou seus agradecimentos a Fernanda Pacobahyba pela mesa rica em reflexões e questões relevantes para a plenária. Destacou-se a longa trajetória do PNAE, que completará 70 anos, ressaltando sua origem como uma campanha até sua evolução para um programa estruturado com diretrizes e princípios vinculados à segurança alimentar. Foi feita uma menção especial a Alba e Iliene, que também contribuíram significativamente para a história do PNAE. A mesa apresentou diversos desafios e potencialidades decorrentes das experiências vividas. Entre os desafios mencionados, destaca-se, (1) a gestão em metrópoles, com ênfase na experiência de Belo Horizonte (BH), (2) a questão das devoluções de recursos federais por municípios, levantando a necessidade de estratégias para enfrentar essa situação. A potencialidade de articular o PNAE com a Política Nacional de Abastecimentos foi discutida, especialmente no contexto da implementação da Central de Apoio à Agricultura Familiar e Urbana (CAFA) em BH. A importância do financiamento foi enfatizada, com a necessidade de avançar na luta por um dispositivo automático de reajuste do PNAE. Foi destacado o papel do Conselho de Alimentação Escolar no monitoramento do PNAE, além dos desafios em relação à autonomia e estrutura do conselho. A experiência de BH na formação de um comitê de compras foi mencionada como um marco na participação social. Relembrou-se a criação do Comitê Consultivo do PNAE em 2010, sua extinção em 2019 e a retomada em 2023, ressaltando sua importância como espaço de escuta da sociedade civil. Foi anunciada a realização de uma mesa sobre povos indígenas e comunidades tradicionais em momento posterior da

397 programação. As inscrições para intervenções foram abertas, com a orientação de que  
398 os interessados se dirigissem à frente. O conselheiro Dourado cumprimentou a todos,  
399 solicitando licença à presidenta do Consea, Elisabetta Recine, para cumprimentar a  
400 mesa, destacando a importância da presidenta do FNDE, Fernanda Pacobahyba, como a  
401 primeira mulher a assumir a Secretaria da Fazenda do Ceará. Dourado compartilhou sua  
402 experiência de mais de 10 anos no Consea, mencionando os quatro anos de inatividade  
403 devido à extinção dos Conselhos da sociedade civil, ressaltando a importância de  
404 continuar a história e a luta pela voz dos conselhos. Ele abordou a necessidade de  
405 desburocratizar as compras da agricultura familiar e indígena, enfatizando a importância  
406 de simplificar os processos para promover a inclusão e o protagonismo dos povos  
407 indígenas. Também destacou a criação do ministério dos Povos Indígenas pelo  
408 presidente Lula e a Secretaria dos Povos Indígenas no Ceará, enfatizando o compromisso  
409 dos líderes em apoiar a causa indígena. Ele pediu mais recursos e estruturação para a  
410 agricultura indígena. Foi salientada a necessidade de capacitar técnicos indígenas para  
411 a gestão de recursos e a importância da sabedoria ancestral no desenvolvimento de  
412 políticas públicas. Dourado sugeriu que a presidenta do FNDE conversasse com Janaína,  
413 autora de uma lei relevante, e que o Consea participasse ativamente das discussões  
414 sobre as mudanças necessárias. Vanessa Schottz informou que, devido ao grande  
415 volume de inscritos, cada participante teria 2 minutos para sua fala e lembrou que as  
416 Comissões Permanentes continuariam a discutir sobre o PNAE nos dois dias da Plenária.  
417 A senhora Rita, presidenta do Consea Estadual de Santa Catarina, cumprimentou a mesa  
418 e a plenária. A conselheira destacou que Santa Catarina não cumpriu os 30% de  
419 aquisição até o momento, mencionando a falta de dados precisos sobre a rede estadual  
420 e municipal. Relatou dificuldades enfrentadas por municípios do norte e sul de Santa  
421 Catarina, onde a chamada pública está sendo direcionada para pregão eletrônico,  
422 contrariando a legislação que deveria ser seguida. Enfatizou que agricultores não têm  
423 acesso fácil a esse sistema, necessitando de recursos para participar. Ela sugeriu que o  
424 FNDE envie orientações aos municípios sobre a questão do retrocesso na utilização de  
425 pregões eletrônicos. A conselheira informou sobre um documento enviado ao Consea  
426 Nacional, destacando a existência de uma Lei em Santa Catarina que regula cantinas  
427 escolares, propondo a proibição de alimentos ultraprocessados, exceto bebidas  
428 alcoólicas. Enfatizou também a importância de um manifesto que foi encaminhado ao  
429 Consea e solicitou que o Consea Nacional se manifeste sobre o documento enviado, que  
430 está disponível no site do Consea, e que as entidades e pessoas também se manifestem.  
431 Ela mencionou que a alimentação escolar não está sendo cumprida conforme o cardápio  
432 estabelecido e que discutirá mais sobre o assunto à tarde. A conselheira senhora  
433 Carivalda Souza, representante da etnia cigana e do estado de Sergipe, cumprimentou  
434 a todos e apresentou sua posição na presidência do Consea Estadual e no Instituto  
435 Cigano do Brasil. A conselheira reforçou a necessidade de desburocratizar os editais e  
436 parabenizou a plenária pela discussão de um tema tão relevante, especialmente  
437 considerando que Sergipe está no mapa da fome. Ela destacou a importância de  
438 conhecer não apenas os agricultores, mas também os produtos disponíveis,  
439 mencionando preocupações específicas do estado de Sergipe. Sugeriu que futuras  
440 mesas incluam experiências de outros estados, a fim de compartilhar conhecimentos e  
441 boas práticas. Comentou sobre as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros, como a  
442 falta de equipamentos e a dependência de transporte fornecido pelos governantes.

Alertou sobre o uso de produtos nocivos na agricultura, como venenos, e a necessidade de um reforço maior nas fiscalizações. Solicitou que haja um reforço na presença dos Conseas em estados que implementam políticas como cozinhas solidárias e segurança alimentar, incentivando a participação das entidades e municípios. Por fim, agradeceu a oportunidade de se manifestar e pela atenção recebida. Vanessa Schottz informou que, após a fala de Írio, as inscrições para intervenções seriam encerradas, destacando a presença da conselheira Kota antes de Thainá na lista de inscritos. O conselheiro Írio Conti, especialista em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e integrante do Consea em Recife, parabenizou a mesa pela diversidade de abordagens sobre o programa. Senhor Írio levantou duas perguntas importantes direcionadas a presidenta do FNDE Fernanda Pacobahyba. Ele questionou sobre a possibilidade de criar mecanismos que incentivem municípios e estados que investem recursos locais no PNAE, visando fortalecer esses esforços e encorajar outros a adotarem práticas semelhantes. Também indagou sobre a possibilidade de implementar algum grau de regionalização no *per capita* do programa, considerando as diferenças nas realidades de compras entre regiões, como a Amazônia e outros estados. Írio expressou a percepção de fragilidade nas apresentações e questionou como o PNAE pode retroalimentar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e vice-versa, enfatizando a importância de evitar a sobreposição de programas e promover uma interação eficaz entre eles. A senhora Najla Veloso, representante da Cooperação Internacional Brasil/FAO, deu boas-vindas a todos e destacou sua experiência em alimentação escolar desde 2009. Najla enfatizou a relevância da Lei 11.947, reconhecendo-a como uma iniciativa do presidente Lula e ressaltando o papel do Consea como madrinha da Lei ao longo dos anos. Ela mencionou a importância do fórum para discutir a construção de uma política nacional de alimentação escolar, que inclua indicadores de resultado, monitoramento e responsabilidade. Najla informou que países da América Latina e Caribe estão aderindo à rede de alimentação escolar sustentável, promovendo uma agenda regional que vincula o programa de alimentação escolar às mudanças climáticas e à sustentabilidade. A representante elogiou a capilaridade da FAO e o trabalho do FNDE, especialmente durante a pandemia, ressaltando a resistência e a continuidade dos esforços na área de alimentação escolar. Vanessa Schottz agradeceu a Najla pela contribuição, reconhecendo a importância do PNAE e sua resistência ao longo dos anos. A senhora Maluh Barciotte, representante da Rebrinc e suplente do Idec, agradeceu a oportunidade de participar e elogiou a riqueza das discussões na mesa. Ela mencionou um projeto de capacitação na gestão Haddad, chamado “Educação além do prato”. Destacou a questão das “duas filas” nas escolas, onde crianças jogavam fora alimentos antes de experimentá-los, enfatizando a necessidade de capacitação dos educadores e do monitoramento dos resíduos. A senhora Débora parabenizou as falas anteriores e compartilhou sua experiência com cooperativas e o PNAE. Ela criticou a ideia de que a agricultura familiar não consegue atender ao PNAE, sugerindo que a gestão não se coloca à disposição dos pequenos agricultores. Destacou também a precarização do trabalho das merendeiras e a falta de nutricionistas nas escolas, apontando a necessidade de condições adequadas para que a agricultura familiar participe do programa. Senhor Nelson Arns Neumann trouxe à tona a necessidade de mecanismos de acompanhamento das compras e sugeriu que o FNDE utilize trilhas de análise de notas fiscais para facilitar a supervisão. Ele questionou sobre a existência de sistemas informatizados para acompanhamento nutricional nas escolas e sugeriu que a

agricultura familiar forneça alimentos já preparados para facilitar o trabalho nas cozinhas. Kota Mulanji, representante do Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar, iniciou sua fala citando a mais velha Vera Soares, enfatizando a importância de uma política com 70 anos de existência e a necessidade de cuidado em sua abordagem. Ela destacou a relevância da inclusão dos povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e de matriz africana, no desenvolvimento de políticas públicas. A conselheira Kota sugeriu que espaços como terreiros poderiam ser utilizados para promover uma alimentação saudável e antirracista, ressaltando a necessidade de uma verdadeira inclusão e capitalização desses grupos. Ela também mencionou a importância do ajuste aos calendários de aquisição e expressou preocupações em relação ao PL 3.002, questionando se o Congresso estaria preparado para negociar sem colocar em risco uma política tão significativa como o PNAE. A conselheira Tainá Marajoara, representante do povo Aruã Marajoara, trouxe à tona a realidade do seu povo no Pará, destacando o baixo IDH da região. Ela enfatizou a importância de um diálogo efetivo sobre o Projeto de Lei (PL) que deve ser discutida, garantindo que as vozes de diversos povos e comunidades, incluindo originários e de matriz africana, sejam ouvidas. Tainá ressaltou que a criminalização de produtos tradicionais, como farinhas e pimentas, impede um verdadeiro avanço em programas que buscam inclusão e respeito à diversidade. Ela pediu uma revisão que garanta preços justos nas compras e um diálogo profundo com as culturas alimentares e seus guardiões, reconhecendo o conhecimento ancestral presente nessas comunidades. O conselheiro Ubiraci Dantas destacou a importância do PNAE, ressaltando que, para muitas crianças, ele é uma fonte vital de alimentação, substituindo a falta de comida em casa. Ele apontou que o problema vai além da burocracia, envolvendo a escassez de recursos. Ubiraci criticou a destinação de verbas públicas, enfatizando que, enquanto 1,73 trilhões foram alocados para bancos, apenas "migalhas" são destinadas ao povo. Ele defendeu um apoio do Consea à luta pela redução das taxas de juros e pelo aumento do investimento público, argumentando que é fundamental enfrentar a raiz do problema, que, segundo ele, reside na gestão financeira atual que prioriza os bancos em detrimento do desenvolvimento social e econômico do Brasil. A conselheira Norma Alberto, presidenta do Consea Estadual do Piauí, começou agradecendo a oportunidade de participar e parabenizando a mesa pelo debate e pelos 70 anos do PNAE. Ela ressaltou o papel do Consea e de gestoras comprometidas no crescimento do programa. Norma compartilhou dados alarmantes do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, revelando que em 2023, mais de 85% das escolas não cumpriam o mínimo de alimentos básicos e mais de 80% ofereciam produtos ultraprocessados. Além disso, destacou que muitas escolas não possuem refeitórios adequados, obrigando crianças a comer no chão, e que faltam pias para higienização. Ela enfatizou a necessidade de mecanismos que protejam os agricultores familiares, pois menos de 20% das escolas atendem aos 30% de aquisição da agricultura familiar. Norma também abordou a importância de incluir no cardápio as necessidades alimentares especiais das crianças e expressou a preocupação com a privatização das escolas, defendendo um modelo semelhante ao de Belo Horizonte. A senhora Juliana, representando o Fórum Brasileiro de Segurança e Segurança Alimentar e Nutricional, iniciou sua fala ressaltando a importância de discutir o PNAE na plenária. Ela destacou que o PNAE é uma política pública bem-sucedida, fundamental para a segurança alimentar e nutricional e que serve de inspiração para outras políticas. Ela enfatizou que a experiência de Belo Horizonte é um exemplo de como as trabalhadoras

e trabalhadores do PNAE, assim como os Conselhos de Alimentação Escolar, desempenham um papel crucial na sustentação e defesa da política. Afirmou que o PNAE deve ser monitorado atentamente, especialmente em relação a projetos de lei e tramitações que podem afetar sua eficácia. Ela concluiu pedindo um aumento *do per capita*, mas reconhecendo a importância do volume de recursos já disponíveis para o PNAE. Vanessa Schottz agradeceu a Juliana pelas contribuições e informou que abrirá espaço para colaborações na mesa seguinte, para aqueles que não conseguiram se inscrever. Vanessa Schottz passou a palavra para Mariana Santarelli, solicitando que ela limitasse sua fala a dois minutos para permitir mais tempo para Fernanda responder às questões levantadas. A conselheira, senhora Mariana Santarelli destacou alguns pontos das falas dos demais conselheiros. Citou o conselheiro Dourado, que destacou a necessidade de sair da burocracia, recebendo reforço de uma colega cigana de Sergipe. Citou a conselheira Débora, que destacou que o PNAE não se coloca à disposição da agricultura familiar, gerando aplausos. A conselheira Tainá abordou a criminalização dos produtos e processos de comunidades tradicionais. Concluindo, as intervenções indicam uma dificuldade em considerar as especificidades de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no PNAE, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais séria. Foi lembrado que no início do governo, foi reinstituído o grupo consultivo do PNAE, onde um grupo de trabalho foi criado para tratar de povos e comunidades tradicionais. Esse grupo teve discussões significativas sobre a utilização do NIS e vigilância sanitária, mas não houve novas reuniões desde então. O Observatório da Alimentação Escolar organizou um encontro com povos e comunidades tradicionais, resultando em uma carta de reivindicações. É importante retomar as reuniões do grupo de trabalho sobre comunidades tradicionais e promover discussões contínuas sobre a inclusão de povos indígenas e quilombolas no PNAE. Mariana Santarelli comentou que é essencial a revisão da Resolução 06, que regulamenta o PNAE, ocorra com participação social, incluindo um capítulo específico para a adequação às realidades de povos indígenas e comunidades tradicionais. A dificuldade em determinar o custo de um prato de alimentos é um desafio. Apesar dos esforços do PMA e do FNDE, ainda não houve avanços significativos. Diante da alta inflação, sugere-se a criação de um reajuste automático anual do PNAE com base no IPCA para alimentos e bebidas, facilitando a manutenção do valor *per capita*. Existe um consenso em torno de três projetos de lei similares tramitando no Senado e outros na Câmara, indicando uma oportunidade imediata para abordar o subfinanciamento do PNAE. Considerar a proposta de indexação automática anual para o PNAE como estratégia de solução imediata. Senhor José da Cruz dos Santos, Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Pernambuco, relatou que a falta de uma Resolução que clarifique a obrigatoriedade do uso de no mínimo 30% da agricultura familiar nos PNAE tem gerado confusões. É necessário criar um grupo para mapear cooperativas e pequenos agricultores, garantindo que eles tenham a oportunidade de participar das licitações, no entanto, há uma preocupação com a representação nas licitações, onde pequenos agricultores são frequentemente deixados de lado em favor de cooperativas com mais associados. Reprogramar ou devolver recursos destinados à alimentação escolar é considerado irresponsável, especialmente com tantas crianças e agricultores necessitando de apoio. É fundamental estabelecer uma rede de denúncias e monitoramento para garantir que os produtos comprados sejam realmente da agricultura familiar. A promoção de produtos frescos e locais pode melhorar a qualidade da alimentação escolar e beneficiar

a saúde das crianças, reduzindo custos hospitalares. Defende a necessidade de desburocratização e construção de normativas que garantam a qualidade dos alimentos, integrando educação e saúde de forma coesa. Por fim, propôs a criação de um grupo de trabalho para fortalecer a agricultura familiar no PNAE e melhorar a gestão dos recursos. Senhora, Adilana Alcântara, Gerente de Alimentação Escolar da Subsecretaria de Segurança Alimentar/BH, reconheceu que o número de nutricionistas nas unidades escolares é insuficiente, com Belo Horizonte contando com um supervisor de alimentação para cada 11 escolas, o que limita o acompanhamento. Mencionou a importância da formação de gestores e manipuladores de alimentos, além de documentos orientadores e um sistema informatizado para monitoramento. Reiterou a possibilidade de superar desafios por meio do diálogo entre o poder público e agricultores, citando a central de armazenamento de alimentos que facilita a distribuição dos produtos da agricultura familiar. Enfatizou as dificuldades logísticas devido à ausência de área rural e a necessidade de comprar de cidades vizinhas, mas destacou parcerias com a Emater e Sebrae para melhorar essa situação. Ela também descreveu a entrega direta de hortifrutigranjeiros, utilizando chamadas públicas por grupos regionais para concentrar o fornecimento, e citou a nova resolução que altera a prestação de contas do PNAE que reduzirá as reprogramações orçamentárias, especialmente com a diminuição do número de repasses de 10 para 8, facilitando a execução orçamentária. Por fim, agradeceu a oportunidade de compartilhar a experiência e se colocou à disposição para mais diálogos e considerou as experiências apresentadas como modelos para outras localidades. Vanessa Schottz compartilhou sua preocupação em relação à consulta pública da Anvisa sobre a nova Resolução que tratará da classificação de risco de alimentos, que incorpora a RDC 49, considerada fundamental. O desejo seria de que o processo de consulta pública seja efetivamente participativo, garantindo a proteção e relevância da RDC 49. A questão sanitária foi ressaltada como central na compra de produtos da agricultura familiar, tornando a incidência do FNDE sobre a Anvisa um ponto crucial para resguardar a abordagem diferenciada dos produtos de base familiar e tradicionais. Sugeriu que a senhora Fernanda Pacobahyba e a equipe façam um diálogo com a Anvisa para reforçar essas preocupações e a importância da RDC 49. Fernanda Pacobahyba convidou todos os membros do Consea para o evento nacional da alimentação escolar que ocorrerá nos dias 12 e 13 de novembro. Esse evento, que não acontece há quase 10 anos, abordará o tema “Por uma política brasileira de alimentação escolar”. Ela destacou que a política brasileira de alimentação escolar é fundamental e que a construção de uma base sólida para o programa é necessária. Fernanda Pacobahyba mencionou a recente publicação de uma nota técnica que desobriga a utilização da DAP em favor do NIS (Número de Identificação Sociais) do vendedor, representando um avanço na desburocratização. Foi apresentado o exemplo do município de Afuá, onde cada escola já possui uma processadora de açaí, evidenciando a necessidade de validação dessa prática por meio de normatização específica. A importância do açaí para a região norte foi ressaltada, assim como a crítica à percepção negativa em relação ao seu consumo. Foi discutido que o desafio não reside apenas na preparação do agricultor familiar para o PNAE, mas também na adequação do PNAE para com o agricultor familiar. A fala enfatizou que não se pode generalizar as dificuldades enfrentadas por diferentes regiões do Brasil, reconhecendo a diversidade e a complexidade do território nacional. A necessidade de uma abordagem mais específica e menos generalista foi destacada, enfatizando que

tanto a agricultura familiar quanto o PNAE têm suas responsabilidades. A importância de um plano de ação com prazos definidos para mudanças foi reforçada. Foi abordado que a alimentação escolar deve ser considerada um requisito fundamental para a educação, e não apenas um programa suplementar. A proposta de que gastos com alimentação escolar sejam computados nos 25% obrigatórios destinados à educação foi apresentada como uma solução para incentivar prefeitos a investir mais nesse setor. A criação de um Conselho Nacional de Alimentação Escolar foi discutida como uma medida necessária para institucionalizar e dar suporte ao acompanhamento da alimentação escolar nas diversas esferas. Ela concluiu com a convocação para uma reflexão sobre a responsabilização coletiva em relação ao PNAE e a importância da regionalização e retroalimentação, reconhecendo que o sistema atual carece de dados para melhor acompanhamento e gestão. Fernanda Pacobahyba complementou que, apesar da transparência sobre os recursos destinados à alimentação escolar no SIAFI, não há clareza sobre como esses valores são utilizados nos municípios. A verba muitas vezes se integra a uma rubrica administrativa, dificultando o rastreamento e a responsabilidade sobre os gastos. A necessidade de um sistema nacional unificado de compras para a agricultura familiar foi enfatizada. A proposta envolve a criação de um arcabouço específico para a licitação que respeite as peculiaridades desse segmento, em contraste com as normas gerais que se aplicam a grandes empreiteiras. Foi discutido o desafio da aplicação das sanções para aqueles que não cumprem os 30% de compras da agricultura familiar. Fernanda Pacobahyba ressaltou que a punição não deve ser aplicada de maneira automática, considerando as realidades locais e as razões que levam à não conformidade, especialmente em comunidades que mais necessitam de apoio. A complexidade da nota fiscal eletrônica e os desafios para o cálculo dos 30% foram abordados. A presidenta destacou a variedade de descrições e a falta de padronização, que dificultam o entendimento e a análise dos dados, reforçando a necessidade de uma abordagem mais técnica e estruturada e solicitou o apoio do Observatório e dos membros do Consea para explorar as realidades locais e desenvolver planos de ação que promovam o diálogo e a inclusão, ao invés de penalizar de forma indiscriminada. Vanessa Schottz agradeceu a todos os presentes na mesa e passou a palavra para a presidenta do Consea, senhora Elisabetta Recine. A presidenta do Consea agradeceu a presença de todos, especialmente Fernanda Pacobahyba, e enfatizou a importância das experiências compartilhadas na mesa anterior, destacando que muitas outras iniciativas também podem contribuir para aprimorar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ela reconheceu as falas de Débora e Fernanda, que abordaram a preparação tanto do PNAE para a agricultura familiar quanto da agricultura familiar para o PNAE, ressaltando a complexidade e a diversidade que envolvem essas questões. A Presidenta comentou sobre a burocracia, afirmando que ela tende a não se adaptar à diversidade e complexidade das realidades locais. Destacou que a decisão de destinar 30% das compras para a agricultura familiar foi um marco significativo, promovendo mudanças não apenas na agricultura, mas também na burocracia que envolve o programa. Após os comentários, a Presidenta falou sobre a segunda mesa que abordou o desafio do acesso dos povos indígenas e das comunidades tradicionais ao PNAE. Elisabetta Recine sublinhou a relevância desse tema, destacando que o mundo observa as experiências do PNAE, que não só é extenso, mas também traz à tona desafios superáveis, e trouxe à tona a discussão sobre o novo PL relacionado à alimentação escolar, expressando que o Consea não é contra a implementação de uma

política de alimentação escolar, mas se preocupa com a pertinência e o *timing* desse PL no atual cenário do Congresso. Mencionou a necessidade de uma análise cuidadosa das possíveis consequências das negociações políticas que podem ocorrer em torno desse projeto. Por fim, a Presidenta convidou Edgar Moura para coordenar a segunda mesa e propôs que os palestrantes reduzissem seu tempo de fala de 15 para 10 minutos, visando permitir um espaço para a participação da plenária antes do encerramento da manhã. **Ponto de Pauta: Por uma abordagem antirracista para os desafios e potencialidades da participação da População Negra, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais no PNAE.** A fala foi iniciada pelo moderador e conselheiro Edgard Aparecido, que deu boas-vindas a todos os presentes, destacando a importância do debate e mencionou o impacto do PNAE na vida dos brasileiros, ressaltando que o programa foi crucial durante a pandemia, atendendo mais de 40 milhões de estudantes. Este esforço foi essencial em um período em que muitos alunos enfrentaram dificuldades alimentares devido ao fechamento das escolas. Foi expressa gratidão a Sineide e Bruno, que contribuíram significativamente para as ações do PNAE em um contexto governamental desafiador, além de outras pessoas que ajudaram a engajar comunidades indígenas e tradicionais. O conselheiro apresentou todos os participantes do debate, sendo eles, Jorge Henrique - Presidente da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola, São Miguel, Mato Grosso do Sul (MS), Eliete Cunha Damião - Associação de Pescadoras e Pescadores de Remanso, Márcio Menezes – Catrapovos, Daniel Bandoni - Coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional, Coordenação-Geral do PNAE, Tereza Campello - BNDES (presença online). O primeiro a proferir a fala foi senhor Jorge Henrique (Presidente da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola/MS). Senhor Jorge Henrique compartilhou sua experiência na comunidade quilombola de São Miguel, localizada na Serra de Maracaju, que enfrenta desafios devido a incêndios na região. Ele destacou a recente produção do “macarrão quilombola”, que foi entregue à merenda escolar, ressaltando a importância de diversificar os produtos e o esforço coletivo da comunidade. A pandemia dificultou a venda de produtos devido ao fechamento das escolas. A iniciativa de criar kits de merenda para as famílias foi um marco, permitindo a entrega de alimentos frescos às crianças em casa. A equipe da comunidade trabalhou em parceria com merendeiras para adaptar produtos, como mandioca e abóbora, para facilitar o preparo. O envolvimento de mulheres na produção foi destacado, com muitas alcançando valores significativos em suas DAPs. A comunidade trabalhou com a vigilância sanitária para adequar suas cozinhas e iniciar a produção de macarrão. Foram feitos vários testes até que o produto atendesse aos padrões necessários para a entrega. Um desafio importante foi a documentação para a entrega de produtos. Senhor Jorge enfatizou a necessidade de capacitar jovens da comunidade para a emissão de notas fiscais. A intenção de entrar em programas de agricultura familiar foi mencionada, com foco na necessidade de tecnologia moderna. A comunidade adquiriu maquinário para melhorar a produção e está em processo de construção de estufas para cultivo hidropônico, visando contornar problemas hídricos devido à seca severa enfrentada na região. Senhor Jorge continuou seu relato sobre a comunidade quilombola de São Miguel, enfatizando a criação do portal “Descubra Maracaju”, desenvolvido pela prefeitura, que promove a história e os produtos locais. Ele incentivou a inclusão da comunidade no portal para aumentar a visibilidade e as vendas dos produtos, e solicitou a inclusão de sua comunidade, permitindo que as pessoas conheçam a história local e adquiram

produtos frescos como farinha, polvilho, rapadura e melado. A comunidade atende 18 escolas e 12 creches, além de 5 projetos voltados para crianças em situação de vulnerabilidade em Maracaju. Ele ressaltou a transformação de Maracaju em um polo de agricultura familiar, destacando o potencial local. Senhor Jorge anunciou uma reunião marcada para o dia 28, onde 10 prefeituras da região sul de Mato Grosso do Sul irão conhecer o trabalho da comunidade e suas produções. A importância de levar as prefeituras até as comunidades para facilitar a compra de produtos locais foi enfatizada. Ele finalizou seu relato ressaltando a necessidade de pressionar os gestores para reconhecer e valorizar os agricultores tradicionais e familiares, que garantem qualidade nas merendas escolares, impactando diretamente a vida das crianças e suas famílias. Senhor Edgar deu continuidade à mesa, ressaltando a importância de discutir o racismo institucional que impede a atuação na gestão pública, assim como o racismo estrutural presente nas resistências enfrentadas e convidou a senhora Eliete Cunha Damião para compartilhar a experiência da Associação dos Pescadores e Pescadoras de Remanso no beneficiamento e comercialização de pescado. Ela iniciou a fala com uma homenagem à Danduca, primeira presidente da associação, ressaltando sua luta e legado. Relatou as dificuldades enfrentadas ao tentar inserir pescado na merenda escolar. Enfrentaram resistência de professores e merendeiras que alegavam que as crianças não aceitavam o pescado. Nesse sentido, apresentaram uma solução ao preparar o pescado de maneiras atrativas, como a “sardinha caseira”, e tiveram sucesso ao oferecer cuscuz e macarrão com pescado, aumentando a aceitação entre as crianças. Após uma pausa durante a pandemia, a associação conseguiu retomar as entregas de pescado à merenda escolar, embora com volume reduzido. Descreveu a luta pela obtenção do Certificado de Inscrição e Licenciamento da Atividade de Pesca (SIM), que exigiu mobilização na Câmara dos Vereadores e ocupação da Secretaria de Agricultura para garantir a aprovação necessária. Senhora Eliete enfatizou a importância de perseverar na luta pela valorização do pescado local e a identidade dos pescadores artesanais, agradecendo a oportunidade de compartilhar suas experiências. Ressaltou a importância de se continuar a luta pela certificação e fortalecimento da identidade como pescadores artesanais e também a busca por parcerias para aumentar a aceitação e volume de pescado nas merendas escolares. Senhor Edgar reiterou a importância da resistência e da luta como ferramentas essenciais para vencer as questões relacionadas ao racismo institucional e estrutural. Enfatizou que a mudança só é possível por meio de uma revolução de paradigmas e mobilização e convidou senhor Márcio, representante da Catrapovos, para compartilhar sua experiência, destacando a relevância de sua contribuição para a pauta da reunião. Senhor Márcio apresentou a Catrapovos, explicando a origem do nome e a importância da comissão no contexto das políticas públicas, especialmente no PNAE. Explicou como a Catrapovos surgiu a partir da observação de práticas alimentares em comunidades tradicionais e o papel do Procurador Fernando Merloto no desenvolvimento de uma Nota Técnica que reconheceu o autoconsumo como dispensável da vigilância sanitária. Enfatizou a necessidade de um arranjo interinstitucional para a implementação efetiva das políticas, e a importância da participação de todos os atores envolvidos. Comentou sobre os desafios enfrentados em comunidades e a importância da certificação e valorização da produção local. Mencionou a formação de 16 comissões em 15 estados, destacando a necessidade de um tratamento diferenciado para povos e comunidades tradicionais nas políticas públicas. Sugeriu a elaboração de uma Resolução específica que atenda às

necessidades das comunidades tradicionais, afirmando que a atual Resolução nº 06/2020 não é adequada. E concluiu sua fala ressaltando a importância de dialogar com os ministérios e fortalecer as comissões para garantir que as políticas públicas respeitem e valorizem as culturas locais. Edgar agradeceu e fez uma breve recapitulação das falas anteriores, enfatizando a importância do diálogo e da luta pela valorização das comunidades tradicionais. Posteriormente, anunciou a participação de Tereza Campello (BNDES), destacando sua relevância no contexto da reunião e passou a palavra a ela. A senhora Tereza expressou sua satisfação em participar da plenária e abordou a importância da agenda de povos e comunidades tradicionais no BNDES, destacando iniciativas como o Sertão Vivo e a criação de indicadores para acompanhar políticas públicas. Destacou que, embora estivesse viajando, era uma alegria participar da plenária do Consea. Ela comentou sobre a agenda do BNDES em relação a povos e comunidades tradicionais, mencionando a necessidade de criar um sistema de pontuação nas licitações que valorize essas comunidades. Também detalhou a estratégia do programa, que busca melhorar a alimentação escolar na Amazônia através da integração com o PNAE e do Fundo Amazônia. Mencionou os desafios enfrentados, como a infraestrutura escolar e a desnutrição, e explicou como o programa visa organizar a oferta e a demanda de alimentos, fortalecendo a agricultura familiar e garantindo alimentos de qualidade. Apresentou os números do programa, incluindo 332 milhões pleiteados, 126 municípios apoiados e um alcance estimado de 1,7 milhão de alunos e enfatizou que o projeto é um piloto, com a intenção de expandir para mais municípios na Amazônia, dependendo dos resultados e aprendizados dessa primeira fase. Edgar agradeceu a fala e pediu desculpa pelo pouco tempo a senhora Teresa Campello, porém enfatizou que sua apresentação seria disponibilizada aos demais posteriormente. O conselheiro reforçou a importância da mesa ao plenário, dizendo que o racismo institucional é a discriminação que ocorre em instituições públicas ou privadas que de forma direta ou indireta promove a exclusão ou preconceito. Comentou sobre o processo de não poder em muitos momentos comercializar o produto da comunidade tradicional. Também reforçou a questão do PNAE e convidou o senhor Daniel Bandoni, coordenador de segurança alimentar da coordenação-geral do PNAE para fazer sua fala. Senhor Daniel iniciou sua fala com agradecimentos e saudações à mesa. Destacou a importância da equipe presente, que participa ativamente de todas as Comissões Permanentes (CPs) do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Mencionou a equipe, composta em sua grande maioria por mulheres, reconhecendo seu empenho e dedicação. Enfatizou que, por meio das coordenações e dos colaboradores, a equipe tem atuado como um "muro de defesa" do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que como política social conseguiu superar diversas barreiras, resistindo a diferentes governos e períodos de instabilidade democrática, o que demonstra sua relevância e resiliência. Senhor Daniel Bandoni lembrou que o objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos. O programa é uma inovação social do Brasil, que busca não apenas oferecer alimentação, mas também promover uma relação diferente com os alimentos e incluir a educação alimentar como parte do processo educacional. Foi ressaltado que o PNAE é financiado por recursos federais que são exclusivamente destinados à compra de gêneros alimentícios. E apresentou um resumo de como os recursos são repassados, enfatizando a necessidade

de descentralização dos recursos para escolas que atendem povos e comunidades tradicionais. Apontou que a nova coleta de dados do censo escolar em 2023 trouxe pela primeira vez informações sobre o número de escolas em povos e comunidades tradicionais, o que é fundamental para entender as demandas e ampliar a equidade no PNAE. Foi discutido o desafio de incluir mais escolas em áreas rurais e de povos tradicionais, que enfrentam dificuldades na execução do programa devido a custos elevados para a aquisição de alimentos. A importância de garantir financiamento adequado para a execução do PNAE foi novamente destacada. Mencionou a Lei 11.947 e a Lei 14.660, que estabelecem que 30% dos recursos do PNAE devem ser utilizados para comprar alimentos da agricultura familiar. Em 2022, 45% dos recursos foram destinados a essa finalidade, totalizando R\$ 1,6 bilhões. Também foi falado sobre a recriação do Comitê Gestor e do Grupo Consultivo do PNAE, focando no desenvolvimento de ações para qualificar e ampliar a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. A criação de uma nota técnica para facilitar a comercialização por povos e comunidades tradicionais foi uma ação importante citada. Destacou a implementação do BB Ágil, que permitirá a identificação manual de alimentos orgânicos e a sinalização automática do percentual de compras da agricultura familiar, facilitando o trabalho dos gestores. Daniel finalizou sua fala apresentando os principais desafios que ainda precisam ser enfrentados. Foi reiterado o compromisso de ampliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, destacando a meta mínima de 30%, mas enfatizando que quanto mais, melhor, sempre respeitando as realidades locais. Reconheceu-se que o Brasil é um país continental, e o PNAE é uma política executada de forma descentralizada, adaptando-se às particularidades de cada município e escola. A importância de simetrizar um cardápio que atenda às necessidades dos estudantes foi ressaltado. Enfatizou a necessidade de valorizar o acesso dos povos e comunidades tradicionais ao mercado institucional, promovendo uma alimentação que respeite e reflita a diversidade cultural do país. Essa abordagem está alinhada com as diretrizes e com a Resolução 06, que defendem uma alimentação que valorize a cultura local. Edgard agradeceu a Daniel e reconheceu a diversidade das comunidades tradicionais do Brasil, incluindo matrizes africanas, pescadores, quilombolas e outros grupos. Destacou a importância de regularizar os territórios dessas comunidades, enfatizando a necessidade de titulação de terras quilombolas e a proteção dos territórios indígenas e de pescadores. Mencionou a urgência em enfrentar o racismo ambiental, que dificulta a expansão das compras públicas e o acesso das comunidades a esses recursos. A inclusão do povo cigano nas discussões sobre o PNAE também foi citada como uma questão importante. Com a chegada do horário do almoço, a presidenta Betta sugeriu que a plenária fosse aberta, mas ressaltou a necessidade de manter a pontualidade. Foi proposto que as Comissões Permanentes (CPs), especialmente a CPCE, dessem continuidade às discussões da mesa da manhã, incluindo uma análise das falas em seus relatórios finais. A presidenta Elisabetta Recine agradeceu a presença de Edgar e expressou a importância de abrir a palavra para mais discussões, mas reconheceu que o horário estava comprometido. Informou que, no início da tarde, estariam presentes o ministro Márcio, a ministra substituta Fernanda Machiaveli e o Secretário Nacional de Economia Solidária, enfatizando a importância da pontualidade para a continuidade dos trabalhos. Por fim, destacou a relevância das contribuições feitas durante a mesa, ressaltando a resistência e as alternativas apresentadas para enfrentar os desafios. Agradeceu a Tereza Campello pela presença virtual e pelo trabalho realizado pelo banco,

destacando a importância das iniciativas para o desenvolvimento nacional. A plenária da manhã foi encerrada com agradecimentos a todos os presentes, e um lembrete para que todos estivessem de volta às 14 horas. **Ponto de pauta: Pronunciamento Ministerial:** A sessão foi iniciada pela presidenta, senhora Elisabetta Recine, que solicitou que as pessoas se aproximassem para o início da plenária. Agradeceu a presença de todos, destacando que a sessão seria breve e de saudação. A presidenta deu boas-vindas, especialmente ao grupo da Bahia, e fez uma referência bem-humorada sobre a modéstia regional. Agradeceu também às profissionais de tradução em Libras, Patrícia e Juliette, pelo trabalho realizado. A mesa de saudação foi composta por: Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza, Roberta Eugênio, Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Gilberto Carvalho, Secretário Nacional, substituindo o Ministro do Trabalho e do Emprego, Fernanda Machiaveli, substituindo o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Kelli Mafort, Secretária Executiva da Secretaria Geral da Presidência da República. A presidenta informou que a plenária foi dedicada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ressaltando a importância do tema e a mobilização atual para ampliar o acesso dos povos indígenas e comunidades tradicionais ao programa. Relatou que na sessão da manhã ocorreram discussões relevantes, com a presença da presidenta do FNDE e experiências locais que evidenciam a resistência e criatividade para superar desafios enfrentados na implementação do PNAE. A presidenta passou a palavra para Valéria Burity, dando continuidade à sessão de saudação. A senhora Valéria Burity parabenizou a escolha do tema sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destacando sua importância para a garantia do direito humano à alimentação. Mencionou o impacto do programa no combate à fome durante a pandemia e a relevância das discussões sobre a inclusão de povos e comunidades tradicionais, além do projeto Catrapovos e as pautas em discussão no Congresso relacionadas ao PNAE. Foi enfatizada a importância do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como um instrumento da política de segurança alimentar e nutricional, destacando o papel das comissões na discussão e definição de prioridades para o plano. Ela se comprometeu a apoiar as discussões e encaminhamentos necessários. Anunciou a chegada de novos integrantes à Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e solicitou que se apresentassem levantando o braço. Agradeceu a dedicação da equipe, que, embora pequena, é descrita como aguerrida e competente. Agradeceu a todos os membros da Caisan presentes, ressaltando seu papel na articulação do governo para a participação na plenária e na coordenação pós-conferência. Mencionou que o aumento da equipe da Secretaria atende a uma recomendação do Consea e expressou satisfação com o atendimento a essa demanda. A presidenta Elisabetta expressou contentamento não apenas pelo aumento da equipe, mas também pelo atendimento a uma recomendação do Consea, destacando a importância de ouvir as solicitações feitas. Valéria Burity, da Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza, informou que o ministro estava participando da comitiva do presidente no Chile, mas estaria presente na plenária do dia seguinte para fazer uma saudação. Mencionou também a presença de outras secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), incluindo a Sesan. A presidenta do Consea, Elisabetta Recine, agradeceu a Valéria e passou a palavra para Roberta Eugênio, destacando a importância da presença do Ministério da Igualdade Racial na plenária. Roberta Eugênio, Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, iniciou sua fala agradecendo à presidenta Elisabetta Recine e cumprimentou

913 todos os presentes. Destacou que é uma honra e um compromisso central para o  
914 ministério integrar a agenda de combate à fome e à insegurança alimentar. Roberta  
915 ressaltou que o Ministério da Igualdade Racial é transversal e enfatizou que não é  
916 possível promover a igualdade racial sem um compromisso que envolva todos os  
917 ministérios. A fome e a insegurança alimentar no Brasil são fortemente marcadas pelo  
918 racismo estrutural, refletindo um histórico de exclusão da população negra. Apresentou  
919 dados alarmantes, afirmando que 75% das famílias em condição de insegurança  
920 alimentar são de pessoas negras, evidenciando a gravidade do problema e a necessidade  
921 de um compromisso coletivo para transformar essa realidade. Roberta destacou que o  
922 presidente Lula já assumiu o compromisso de melhorar a situação da fome e da  
923 insegurança alimentar até o final do mandato, enfatizando a importância da  
924 colaboração entre os ministérios presentes. Finalizou parabenizando o Consea pela  
925 mobilização dos conselheiros e pelo fortalecimento das lutas necessárias para a  
926 transformação da realidade alimentar no Brasil. Expressou esperança ao ver uma  
927 plenária cheia e dedicada ao PNAE, reconhecendo os avanços desde 2022, mas  
928 reafirmando a necessidade de continuar trabalhando para melhorias. Elisabetta Recine  
929 agradeceu a Roberta Eugênio pela sua contribuição e fez uma referência à recente  
930 atividade do G20 no Rio, onde foi assinado um protocolo de cooperação entre a ministra  
931 e o ministro Wellington. Destacou que o acordo tem como foco a situação de  
932 vulnerabilidade das pessoas negras, especialmente das mulheres, e faz parte da  
933 iniciativa Brasil Sem Fome. A presidenta Elisabetta Recine enfatizou a importância de  
934 ações mais estruturadas para atender as necessidades de vulnerabilidade identificadas,  
935 ressaltando que os resultados alcançados em um ano e meio são significativos, mas  
936 ainda é necessário avançar. A presidenta passou a palavra para Gilberto Carvalho,  
937 Secretário Nacional substituto do Ministério do Trabalho e Emprego, agradecendo pela  
938 presença dele na abertura da tarde. Senhor Gilberto Carvalho trouxe uma mensagem  
939 forte e reflexiva sobre a importância da mobilização e organização da sociedade civil em  
940 tempos desafiadores. Ele destacou a necessidade de pressão contínua sobre o governo  
941 para garantir que as demandas da classe trabalhadora e dos oprimidos sejam atendidas,  
942 enfatizando que um governo eficaz vai além de políticas de infraestrutura, devendo  
943 também reforçar a luta por justiça social. Através de exemplos práticos, como o impacto  
944 positivo do PNAE e do PAA na formação de cooperativas, ele sublinhou o papel vital que  
945 a economia solidária pode desempenhar na organização da sociedade. Ao mesmo  
946 tempo, ele fez um apelo urgente para que todos continuem a lutar e se manterem  
947 alertas, especialmente diante do crescimento de tendências autoritárias. Falou sobre o  
948 reconhecimento do trabalho dos movimentos sociais e a urgência em manter a  
949 mobilização, ressaltando que a verdadeira mudança depende da ação conjunta e da  
950 consciência coletiva. Sua mensagem final foi que seria hora de se organizar e lutar, pois  
951 o futuro exigiria uma sociedade civil ativa e vigilante. A presidenta do Consea  
952 compartilhou uma reflexão sobre a frase "o futuro à luta de classes pertence",  
953 destacando a análise da situação política atual na Europa e nos Estados Unidos. A  
954 intervenção ressaltou que, embora o Conselho tenha uma estrutura institucional, cada  
955 participante representa uma rede mais ampla de pessoas, contribuindo para a  
956 reverberação e ampliação das propostas e ações. Foi informado que a Secretaria do  
957 Consea organizou todas as propostas aprovadas na conferência em subgrupos por  
958 pastas do governo federal, com a intenção de solicitar audiências para discutir essas  
959 propostas e garantir sua implementação. Até o momento, foram realizadas reuniões

960 com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Saúde. Estava agendada uma  
961 visita ao MDA na semana seguinte da plenária, além de já haver compromissos com o  
962 Ministério dos Povos Indígenas. A intenção é continuar a levar as propostas diretamente  
963 aos ministros e ministras. A senhora Fernanda Machiaveli foi convidada, pela presidenta  
964 Elisabetta Recine, a se pronunciar. Agradecimentos foram feitos pela presença dela e  
965 pelo trabalho conjunto entre o MDA e o Consea, enfatizando a importância dessa  
966 colaboração na agenda compartilhada. Foi mencionada uma gravação do ministro do  
967 MDA, que foi distribuída na plenária anterior, reforçando a relevância das contribuições  
968 do Consea para o Plano de Abastecimento. A senhora Fernanda Machiaveli,  
969 representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cumprimentou a todos os  
970 presentes, destacando a importância da presença de líderes e colegas, incluindo a  
971 presidente Betta Recine e o ministro Gilberto Carvalho. Ela expressou seu  
972 reconhecimento pelo trabalho realizado sob a liderança do ministro Gilberto, incluindo  
973 a construção de políticas nacionais de participação social e agroecologia. Agradeceu a  
974 continuidade dessas iniciativas pela equipe atual. Também enfatizou que a  
975 responsabilidade dos membros do governo é proporcional aos sonhos e expectativas da  
976 sociedade civil que apoiou a eleição do presidente Lula. Ela destacou que, após um ano  
977 e meio de trabalho, o Consea conseguiu construir políticas públicas que tiraram mais de  
978 22 milhões de pessoas da fome. Mencionou também a recuperação da agricultura  
979 familiar e a importância das políticas de compras públicas, especialmente o PNAE. Falou  
980 sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como referência mundial,  
981 ressaltando sua efetividade em fornecer alimentos saudáveis às crianças e em apoiar a  
982 agricultura familiar. Sob a liderança do ministro Paulo Teixeira e do ministro Camilo de  
983 Santana, a senhora Machiaveli mencionou o desafio de revitalizar o PNAE e organizar a  
984 oferta da agricultura familiar. Destacou o programa "Coopera Mais Brasil", que visa  
985 fortalecer cooperativas e melhorar a assistência técnica e o acesso a crédito. Fernanda  
986 reforçou a importância de incluir todos os segmentos da agricultura familiar, como  
987 assentados da reforma agrária, camponeses, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, nas  
988 políticas de desenvolvimento. Ela citou uma parceria com o BNDES para o programa de  
989 Alimentação Escolar na Amazônia, que visa organizar cooperativas para fornecer  
990 alimentos às escolas na região, combatendo a fome local. Finalizou sua fala reiterando  
991 a responsabilidade de todos em enfrentar os desafios do terceiro governo de Lula, com  
992 o objetivo de superar a fome e a pobreza no Brasil. A presidente Elisabetta Recine  
993 agradeceu à Sra. Fernanda Machiaveli pela sua contribuição e análise detalhada sobre  
994 as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em seguida, a presidente passou  
995 a palavra para Kelli Mafort, Secretária Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da  
996 República, representando o ministro Márcio Macedo. A senhora Kelli Mafort iniciou sua  
997 fala agradecendo à presidenta e cumprimentando os presentes na mesa e os  
998 conselheiros do Consea, destacando a importância do trabalho conjunto entre governo  
999 e sociedade civil. Kelli fez a áudio descrição de sua aparência, identificando-se como  
1000 mulher negra, de pele clara e cabelo encaracolado, vestindo um casaco preto e blusa  
1001 branca. Ela trouxe um abraço do ministro Márcio Macedo, que tem acompanhado de  
1002 perto o trabalho do Consea e parabenizou pela escolha dos temas, especialmente a  
1003 ênfase no PNAE e na perspectiva antirracista relacionada à segurança alimentar. Kelli  
1004 ressaltou que a agenda antirracista é essencial para promover e proteger as  
1005 comunidades tradicionais e quilombolas, além de abordar conflitos sócio territoriais,  
1006 especialmente em relação aos povos indígenas. Kelli destacou a importância do Plano

Clima Participativo, convidando os membros do Consea a participarem das plenárias e contribuírem na plataforma do Brasil Participativo. Ela mencionou o envolvimento de diversos ministros no processo. Ela falou sobre o Relatório Nacional Voluntário da Agenda 2030 e a proposta do ODS 18, enfatizando a liderança do presidente Lula na promoção de uma agenda ousada. Kelli mencionou a proximidade do Dia Nacional do Estudante e do Dia Internacional da Juventude, destacando as entregas do governo relacionadas à juventude, incluindo iniciativas como o Juventude Negra Viva e o programa Pé-de-meia. Por fim, Kelli expressou otimismo para o mês de agosto, mencionando a Marcha das Margaridas e a expectativa de que seja um mês de lutas, trabalho e celebrações. Por fim, Kelli Mafort desejou uma ótima reunião a todos os presentes. A presidenta Elisabetta Recine agradeceu a senhora Kelli Mafort pela sua contribuição e pela atualização sobre o Plano Clima. Elisabetta mencionou que, na tarde seguinte, seria apresentada uma proposta de contribuição ao Plano Clima, destacando a importância de participar da consulta pública. Ela incentivou os membros a votarem nas propostas já disponíveis e a submeterem novas propostas relacionadas à segurança alimentar e nutricional. A presidenta destacou que quatro propostas relacionadas à 6ª Conferência seriam apresentadas para inclusão na plataforma, visando reforçar a agenda de segurança alimentar e nutricional. Elisabetta lembrou que Patrícia Gentil, diretora da Sesan, já havia apresentado na plenária anterior a discussão sobre a trilha de segurança alimentar e nutricional no Plano Clima, que agora avançou para a etapa de propostas. Ela informou que a consulta pública vai até o dia 25 de agosto e que mais informações seriam fornecidas na reunião seguinte. Elisabetta deu orientações sobre as reuniões das comissões permanentes (CPs) que ocorreriam à tarde e na manhã do dia seguinte. Também mencionou a reunião do GT de Cultura Alimentar e do GT Internacional, que começariam às 17h30. A plenária retornaria no dia seguinte às 14h, com a presença do ministro Wellington Dias. A presidenta desejou uma boa reunião a todos, agradecendo pela presença e pela participação. **Pauta 07/08 Pronunciamento Ministerial:** A senhora Elisabetta Recine abriu a plenária cumprimentando os presentes e expressou esperança de que as reuniões de comissões anteriores fossem produtivas e que a decisão de organizar dois períodos de comissão fosse positiva, permitindo a abordagem de todos os temas relevantes. A Presidenta informou que o Ministro Wellington não pôde estar presente no encontro anterior devido a compromissos de viagem. Agradeceu a presença do Ministro e reconheceu sua importância nas plenárias, ressaltando a relevância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como tema do encontro. Experiências locais foram compartilhadas, incluindo relatos de uma comunidade quilombola e de mulheres pescadoras artesanais, além de práticas do município de Belo Horizonte, demonstrando que, apesar dos desafios, existem iniciativas valiosas que podem contribuir para o avanço do PNAE. A Presidenta enfatizou a importância da presença do Ministro e a continuidade do diálogo sobre o papel do Consea e do PNAE. A palavra foi passada ao Ministro Wellington para suas considerações. O senhor Ministro Wellington Dias começou sua fala parabenizando a presidenta Elisabetta Recine e agradecendo a presença de todos. Destacou a importância do trabalho do Consea, especialmente em relação ao Plano Brasil Sem Fome, e mencionou o recente anúncio da FAO sobre a insegurança alimentar no mundo, feito pela primeira vez fora de Nova Iorque, durante o G20 no Brasil. Dentre alguns pontos abordados destacou resultados do relatório da FAO, como a redução na insegurança alimentar, com 21,4 milhões de pessoas a menos, comparado a anos

anteriores, no Brasil. A redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil foi destacada, com uma queda significativa nos índices de fome severa, reduzindo de 17,2 milhões para 2,5 milhões de pessoas. Destacou a importância da integração entre as partes, como o trabalho conjunto entre governo, sociedade civil e setor privado foi fundamental para os resultados alcançados. A implementação de programas como o Bolsa Família e a reativação de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e cozinhas solidárias também foram mencionadas como essenciais. Ele também citou o crescimento econômico do país, o qual registrou um crescimento do PIB de 2,9%, com a criação de novos postos de trabalho e aumento da renda dos trabalhadores, especialmente entre os mais pobres. O índice de extrema pobreza foi o mais baixo desde 1996, e a desigualdade medida pelo índice Gini também apresentou queda significativa. O Ministro enfatizou a importância de um planejamento eficiente para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a necessidade de um diálogo constante para ampliar as compras governamentais. A expectativa é de que, em 2024, o Brasil possa alcançar novas metas de redução da pobreza e da fome. O Ministro deu continuidade à discussão, enfatizando a importância do compromisso do governo em manter os investimentos em torno de R\$ 1,1 bilhão, com a meta de chegar a R\$ 1,5 bilhão. Destacou a importância da integração das compras de alimentos, incluindo sementes, mudas e pescado, e a ampliação do escopo de ações com cozinhas solidárias e restaurantes populares. Citou que o PAA é um primeiro passo para apoiar a produção local, garantindo compras diretas de pequenos agricultores, que são, em sua maioria, mulheres (70%). A importância de ensinar os pequenos produtores sobre os preços de mercado e evitar a exploração de intermediários. O PAA é apresentado como um degrau inicial, seguido pela capacitação dos agricultores para venderem diretamente a escolas e hospitais, visando integrar suas produções ao sistema de alimentação escolar. Um acordo foi celebrado com a rede de hospitais federais para essa nova abordagem. O Ministro propôs aumentar a participação da agricultura familiar em compras governamentais, com a meta de expandir o alcance de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 15 bilhões. Exemplos de boas práticas em estados como Teresina foram mencionados, onde a agricultura familiar é integrada a supermercados e feiras. O fortalecimento de cooperativas e associações para aumentar a competitividade dos pequenos produtores no mercado interno e externo. Discussão sobre a criação de um PAA internacional em parceria com o Programa Mundial de Alimentos. O Ministro destacou a importância do programa de alimentação escolar que atende a 40 milhões de crianças e adolescentes em 144 mil escolas, ressaltando a necessidade de garantir alimentos saudáveis e acessíveis. O Ministro Wellington Dias expressou sua gratidão pelo trabalho realizado pelo Consea e se colocou à disposição para colaborar ainda mais no futuro. Finalizou reiterando seu compromisso e paixão pelo tema, pedindo que fosse enviado o relatório de atividades para continuidade do trabalho. A presidenta Elisabetta Recine agradeceu ao Ministro Wellington Dias pela sua presença e pela disposição em participar da plenária, reconhecendo a importância do diálogo. Em seguida a presidenta solicitou a abertura de um ponto na agenda, informando que na reunião da Caisan da semana anterior foi anunciada a abertura de diversos editais pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Elisabetta destacou que as organizações presentes poderiam ter interesse nesses editais e que a apresentação poderia facilitar a difusão de informações. Convidou o Secretário Inácio Arruda, responsável pela Secretaria de Ciência, Tecnologia para o Desenvolvimento Social, para que ele apresentasse o escopo dos editais e esclarecesse eventuais dúvidas.

O Secretário Inácio Arruda destacou a importância do Conselho e a relevância do diálogo com a comunidade. Ele mencionou que, em tempos de contenções orçamentárias, é essencial mobilizar a sociedade para combater as altas taxas de juros, que prejudicam programas sociais. Dentre os editais apresentados citou um focado em cadeias socioprodutivas da agricultura familiar com o objetivo de inovar equipamentos agrícolas e desenvolver "fábricas solidárias". O segundo edital destinado a aumentar a produtividade e sustentabilidade na agricultura familiar dando apoio à produção de alimentos saudáveis e uso de bioinsumos. E o terceiro citado para cooperação entre instituições de ciência e tecnologia (ICTs) e empresas com intuito de desenvolver pesquisa para inovações de baixo custo em produção alimentar. Por fim, senhor Inácio enfatizou a necessidade de participação de novos pesquisadores e a importância de observar como esses editais serão desenvolvidos. Ele também propôs que, após a conclusão dos editais, os ganhadores apresentem seus projetos ao Conselho. Ele citou que o acompanhamento dos programas e projetos visam atender diretamente as necessidades das comunidades e enfatizou a importância de direcionar a pesquisa científica para resolver problemas reais da população, especialmente em relação à fome. Inácio encerrou sua fala ressaltando a necessidade de alinhar a pesquisa acadêmica com as demandas da sociedade, e como essa integração pode resultar em avanços significativos no combate à fome no Brasil. A presidenta agradeceu ao Secretário pela apresentação, destacando o total de R\$ 300 milhões disponíveis para iniciativas em agricultura familiar e pesquisa, e incentivou os membros a se informar sobre os editais e a participarem ativamente dos processos. **Relato das CPs e CPCE:** A presidenta convidou as coordenações das comissões permanentes e da CPCE para apresentarem seus relatos. As tradutoras, Maria e Mayara, foram agradecidas pelo trabalho durante a reunião. Foi sugerido que as coordenações focassem os relatos nos temas e nas conclusões, evitando prolongamentos desnecessários. A presidente propôs que todos os relatos fossem feitos antes de voltar para as comissões que precisam de aprovações. A conselheira Kota Mulanji iniciou o relato da Comissão Permanente 7 (CP7), representando os povos e comunidades tradicionais. Ela agradeceu a presença de membros da sociedade civil, incluindo Eliete e Jorge Henrique, representantes de comunidades de mulheres pescadoras, extrativistas e povos de matriz africana, assim como diversos ministérios (MDS, MDA, MIR, MAMA, MMA e Direitos Humanos). A comissão apresentou uma proposta de recomendação para a inclusão de mais povos e comunidades tradicionais no Cadastro Único (CadÚnico), no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Discutiu sobre a criação de um grupo de trabalho (GT) para desenvolver indicadores interministeriais e um manual que aborde práticas alimentares tradicionais. Propôs um diálogo com a Anvisa para reconhecer as práticas alimentares tradicionais. A comissão recebeu contribuições do MDS e destacou a importância do site das cozinhas solidárias como ferramenta de controle social. Dentre os encaminhamentos foram citados que as organizações atualizem o CadÚnico e participem da campanha de atualização cadastral. Enfatizou a necessidade de adequação das políticas às especificidades dos povos e comunidades tradicionais. Sugeriu a abertura de discussão sobre a falta de consenso governamental sobre a definição de "povo tradicional" e "comunidade tradicional". Citou a necessidade de proposta de portarias específicas para povos tradicionais de matriz africana. Além da importância do reconhecimento territorial e da adaptação dos cardápios escolares às realidades locais, junto com o aprimoramento do monitoramento

1148 da aplicação do PNAE. A conselheira Kota finalizou com uma reflexão sobre a  
1149 importância do fortalecimento e da união entre os povos tradicionais, expressando  
1150 esperança e determinação. Agradeceu a todos pela participação e colaboração. A  
1151 presidenta Elisabetta Recine agradeceu à CP7 pela apresentação e solicitou que o texto  
1152 fosse enviado para inclusão na ata. A presidenta perguntou se a CP7 tinha uma proposta  
1153 de texto para a nota de repúdio ou se seria elaborada coletivamente pela mesa diretiva.  
1154 A conselheira Kota Mulanji esclareceu que não havia uma proposta, apenas o desejo de  
1155 repudiar as ações, e sugeriu que a nota fosse elaborada na mesa diretiva, uma vez que  
1156 eram espaços institucionais envolvidos nas ações. A presidenta propôs que fosse  
1157 anotado o encaminhamento para a elaboração da nota de repúdio, abordando a  
1158 questão da violência contra as comunidades. Foi discutida a necessidade de ter uma  
1159 síntese de retorno da Caisan sobre o calendário proposto pelas CPs, que prevê reuniões  
1160 virtuais e uma síntese a ser realizada até o dia 06 de setembro. A senhora Kota Mulanji  
1161 confirmou que ainda estava dentro do prazo. A presidenta enfatizou a importância de  
1162 estabelecer um fluxo de informações para que tanto a mesa diretiva quanto a plenária  
1163 tenham conhecimento sobre o andamento das recomendações. Foi decidido que seria  
1164 adotada uma sistemática de cobrança constante, para que as informações sejam  
1165 compartilhadas de forma contínua e eficiente, e não apenas durante as discussões das  
1166 pautas. A senhora Kota Mulanji reiterou que a CP7 elaborou 3 recomendações e obteve  
1167 resposta das mesmas. A presidenta Elisabetta fez uma reflexão sobre a importância de  
1168 documentar e encerrar os trabalhos do Conselho. A transparência e a continuidade nas  
1169 ações são essenciais para garantir que a próxima gestão tenha uma base sólida sobre a  
1170 qual construir. A criação dessa memória das comissões é um passo importante, pois não  
1171 apenas sintetiza o trabalho realizado, mas também estabelece um legado e orienta as  
1172 futuras decisões do Conselho. A senhora Kota reforçou sobre o trabalho interno e a  
1173 responsabilidade de cada conselheiro e respectivos ministérios como essencial para  
1174 garantir que o Conselho funcione de forma integrada e eficaz. A proposta de trazer esses  
1175 indicadores de avaliação, especialmente em relação aos PCTs, é um passo necessário  
1176 para fortalecer a base de trabalho e facilitar a vigilância sobre as políticas alimentares.  
1177 A presidenta agradeceu à CP7 e passou a palavra para a CPCE. Jean iniciou a fala  
1178 agradecendo a presença dos participantes Ana Carolina, do Programa Cozinha Solidária,  
1179 Elisângela Sanches Januário, da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do PAA, Elcio  
1180 Magalhães, da Secretaria Extraordinária de Combate da Pobreza e a Fome, Ana Segall e  
1181 Renato Carvalheira, da Rede Penssan, e apresentou a pauta discutida. Sobre o acesso às  
1182 Cozinhas Solidárias destacou a importância das cozinhas solidárias e das tecnologias  
1183 sociais no enfrentamento da insegurança alimentar, especialmente em situações de  
1184 emergência e calamidades climáticas. Foram encaminhados elementos para melhorar a  
1185 gestão de segurança alimentar e nutricional das populações vulneráveis, com  
1186 apresentação de dados atualizados sobre o programa. Discutiu-se sobre a possibilidade  
1187 da Sesan MDS abrir um novo edital para estados que não foram contemplados pelas  
1188 unidades gestoras. E foi solicitado à Sesan acesso ao programa de cozinhas solidárias  
1189 para o monitoramento pelos Conseas estaduais. Foi feita uma reflexão sobre a  
1190 elaboração de um protocolo que considere conflitos de interesse, perfil dos atendidos,  
1191 endereço das cozinhas e entidades gestoras e citado a importância da criação de um  
1192 recurso metodológico para os Conseas. Foi proposta a ampliação de alimentos e  
1193 produtos da agricultura familiar nos cardápios das cozinhas solidárias e discutida a  
1194 ampliação dos comitês estaduais do PAA. Discutiu-se sobre a ampliação das adesões

1195 dos municípios e a criação de oportunidades para melhorar o monitoramento da  
1196 execução, além disso há a necessidade de um acompanhamento contínuo dos Conseas  
1197 que já realizaram a adesão. Foi recomendado a melhoria do fluxo de informações entre  
1198 a Conab e os Conseas estaduais, visando otimizar a comunicação e a gestão, e também  
1199 a criação de estratégias para ampliar a incidência dos Conseas estaduais junto ao  
1200 Congresso Nacional e órgãos competentes. Foi abordada a necessidade de formação  
1201 específica para os Conseas sobre adesão e suas comissões temáticas e debatido sobre a  
1202 complexidade das vulnerabilidades sociais e a importância de um redesenho das  
1203 políticas públicas, considerando recortes de gênero e territórios invisibilizados. Foi  
1204 proposto um diálogo com a Sesan e a Secretaria de Combate à Pobreza e à Fome para  
1205 desenvolver pesquisas focadas em vulnerabilidades e também a inclusão do tema de  
1206 pesquisa e monitoramento em SAN, com ênfase nos municípios, na pauta da próxima  
1207 reunião da CPCE. Por fim, foi falado sobre a necessidade de ampliação do debate sobre  
1208 SAN e mudanças climáticas, reconhecendo a complexidade da situação e a necessidade  
1209 de apoio governamental para eventos presenciais. A presidenta consultou se havia  
1210 dúvidas ou necessidade de mais detalhes sobre as apresentações da coordenação da  
1211 CPCE e pediu licença para a fala de um representante da CNAPO sobre o edital EcoForte.  
1212 O representante agradeceu ao Consea pelo espaço disponibilizado através das  
1213 subcomissões para tratar do fortalecimento do lançamento do Plano Nacional de  
1214 Agroecologia e Produção Orgânica, que já foi adiado duas vezes. A expectativa é que o  
1215 lançamento ocorra ao final do mês de agosto, com o objetivo de garantir o Programa  
1216 Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos. Foi informado que está aberto, até o dia  
1217 19 de agosto, o edital de Redes EcoForte. Este edital é considerado importante para  
1218 fortalecer as redes territoriais de promoção da agroecologia e produção orgânica. O  
1219 representante fez um chamado para que quem estiver vinculado a alguma rede nos  
1220 territórios possa submeter projetos, e mencionou que estão em tratativas para uma  
1221 possível prorrogação do edital. A Presidenta do Consea, agradeceu pela informação  
1222 sobre os editais e expressou a dificuldade de atender a tantos editais que são lançados  
1223 simultaneamente. Ela sugeriu a necessidade de um calendário mais organizado e  
1224 humano para facilitar a preparação dos projetos e documentação, e passou a palavra  
1225 para o conselheiro Dourado. O senhor Dourado, representante da CP6, deu boas-vindas  
1226 a todos e fez comentários positivos sobre a ordem das discussões e apresentou a  
1227 memória da reunião anterior, que contou com a participação da Funai e do MDS.  
1228 Destacou-se a necessidade da demarcação de Terras Indígenas, solicitando à presidenta  
1229 do Consea que incida junto ao presidente da República para avançar nas homologações  
1230 e etapas de identificação das terras indígenas, resgatando o conteúdo da recomendação  
1231 número 55/2023 e enviando uma recomendação ao STF sobre a continuidade da Lei  
1232 14.701/2023. Também foi discutido a importância de garantir o acesso à alimentação  
1233 escolar para alunos indígenas, quilombolas e outros PCTs durante recessos e férias. A  
1234 propostas debatidas incluíram: a desburocratização dos processos, a legislação clara  
1235 para emendas das entidades executoras, o aumento do per capita para as populações  
1236 indígenas, quilombolas e PCTs, a especificação de recursos destinados à população  
1237 indígena e a garantia de alimentação escolar culturalmente adequada. Dentre os  
1238 desafios e os resultados do PLAN SAN citou como desafio 1 a garantia da demarcação,  
1239 proteção ambiental dos territórios indígenas e acesso a recursos naturais, visando  
1240 segurança alimentar e bem viver. O resultado esperado seria a regularização fundiária,  
1241 resolução de conflitos e acesso sustentável aos recursos da sociobiodiversidade. O

desafio 2 foi a priorização da aquisição de alimentos das populações indígenas e aperfeiçoamento de políticas públicas (PAA, PNAE), como resultado esperado foi citado o aumento da produção e aquisição de alimentos culturais indígenas, capacitação e geração de renda. O desafio 3 foi a garantia da soberania e segurança alimentar, apoio à agricultura de subsistência e aquisição de alimentos culturalmente adequados e o resultado esperado a sistematização de informações sobre insegurança alimentar e articulação de políticas para redução dos casos de insegurança hídrica e alimentar. A presidenta Elisabetta Recine, agradeceu à CP6 e parabenizou pelo progresso alcançado na elaboração do 3º Plano, destacando as dificuldades superadas para apresentar as propostas à mesa diretiva. A presidenta mencionou o esforço do servidor Luís e de outros envolvidos no trabalho, elogiando a colaboração da equipe. A presidenta abriu espaço para que os participantes solicitassem mais informações ou esclarecimentos sobre os trabalhos apresentados por Dourado, referente à CP6. Não houve manifestações e a palavra foi passada para a senhora Juliana Casemiro da CP2. A senhora Juliana, representante da CP2, iniciou sua fala agradecendo a oportunidade e a assistência da equipe da Secretaria, destacando o apoio de Luiza e Rafaella na sistematização das atividades. A CP2 contou com a participação de conselheiros e convidados, incluindo membros da ACT. Foi discutida uma recomendação sobre a aquisição de livros de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a importância de normas sanitárias inclusivas. A CP2 analisou uma ementa para o Grupo de Trabalho (GT) de conflitos de interesses, já em funcionamento, tendo sido aprovada tranquilamente. A proposta incluiu a realização de uma reunião remota antes da próxima plenária do GT e a composição de representantes de várias CPs, visando estreitar laços com o GT da Caisan. Juliana explicou que a CP2 leu 56 propostas, priorizando as que mais se alinham com os desafios atuais, focando em temas como conflitos de interesse, financiamento, iniquidades e cultura. Como desafio 1 (um) destacou: promover a alimentação adequada e saudável, enfrentando conflitos de interesse e subfinanciamento das políticas públicas, além de garantir acesso a alimentos provenientes de sistemas agroecológicos, os resultados esperados seriam os mecanismos para gestão de conflitos de interesses. Regulamentação para promoção da alimentação adequada e a ampliação do acesso a alimentos saudáveis e adequados. O desafio 2 (dois) foi fortalecer processos de comunicação e educação em torno do direito humano à alimentação e da soberania alimentar, como resultados esperados foram citados: normas mais inclusivas para a produção agroecológica, ampliação da visibilidade das barreiras para a alimentação adequada e implementação de rotulagem que informe sobre alimentação saudável. Foram feitas recomendações para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incluindo: ajustes no *per capita* conforme necessidades alimentares especiais. Facilitação das compras públicas de alimentos de povos tradicionais. Desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação participativa. A presidenta agradeceu o trabalho realizado pela CP2 e convidou Edgard Amaral para falar sobre a CP5. Senhor Edgar Aparecido de Moura iniciou sua fala agradecendo a presença de todos e todas, destacando a importância do tema em discussão. Em sua fala foi abordada a discussão sobre a CP5 e CP4, com foco no Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e no sistema prisional e comentado sobre a apresentação de Milena do MDHC (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania) sobre o Sinase e contribuições do convidado Ribamar sobre o sistema prisional. Foi dado enfoque nas violações de direitos humanos relacionadas à

alimentação adequada, especialmente entre crianças e adolescentes sob o Sinase. Foram feitas reflexões sobre a presença de racismo e outras violações em penitenciárias. E sugerido proposta de reunião online para finalizar recomendações sobre os temas discutidos. Foi falado sobre a importância da participação do ministério e de representantes como Valéria da Caisan, com destaque para a presença ativa nas discussões. O MIR (Ministério da Igualdade Racial) irá tratar da elaboração de uma agenda de combate à fome com foco em mulheres negras, prevista para discussão em reunião no dia 07/08. Também foi realizada uma discussão sobre racismo ambiental e a recuperação do Rio Grande do Sul, destacando o impacto sobre comunidades negras e pobres. Citou-se o compromisso de elaborar um indicador nacional sobre a situação climática. Também foi realizado um debate significativo sobre o PNAE, com a proposta de alteração da Resolução nº 14.060 para incluir a duração dos grupos de mulheres, formais e informais, nas discussões. A CP5 propôs alterações na Resolução que regulamenta a prioridade de atendimento a mulheres negras, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Também discutiu a necessidade de monitoramento da alimentação nos IFs (Institutos Federais), sugerindo que esses institutos tenham uma prestação de contas similar à do FNDE, garantindo a transparência sobre a origem da alimentação adquirida. A CP5 decidiu realizar um grande debate sobre o Plano, buscando uma contribuição mais assertiva e reforçando a participação dos representantes dos ministérios na CP5. Além disso, expressou interesse em entender melhor a cooperação técnica entre MIR e MDS, ressaltando a falta de monitoramento adequado até o momento. Citou como encaminhamento para que o FNDE informe sobre a origem da alimentação com base nos marcadores de raça e cor nos programas do MDA. E falaram sobre a necessidade de criar um novo sistema ou plataforma para atualizar e facilitar o monitoramento da origem da alimentação adquirida, com um quesito de cor para identificar a procedência racial dos fornecedores. Avanços foram discutidos para a campanha antirracista, incluindo o público prioritário e as diretrizes da campanha. Uma reunião online foi agendada para definir os detalhes da campanha, que envolverá todos os participantes do Consea. Foi proposto realizar uma conversa online sobre as questões de pobreza abordadas pelo G20, buscando a contribuição de especialistas e organizações como Ação Cidadania e Inesc (Instituto de Estudos Socioeconomicos). A presidenta agradeceu a fala do senhor Edgard e passou a fala para a senhora Mariana Santarelli. Ela iniciou sua fala informando que os grupos de trabalho (GT) de CP1 e CP2 estão em processo de elaboração de um texto a ser apresentado à comissão de transição do Consea. Este documento abordará a identificação e prevenção de conflitos de interesse (COI) na transição e nomeação dos próximos conselheiros. Além disso, uma minuta de Resolução do Consea sobre o tema de COI está sendo elaborada e será submetida à mesa diretiva e, posteriormente, à plenária para apreciação. Senhora Kelly, do Ministério da Saúde, mencionou que o instrumento sobre COI desejado para o Sisan será uma Resolução da Caisan, desenvolvida em diálogo com as atribuições das entidades privadas. Informou que não houve tempo suficiente para elaborar uma recomendação sobre o Projeto de Lei 3.002, que institui a Política Nacional de Alimentação Escolar. A proposta será lida posteriormente para recomendação de aprovação pela mesa diretiva. Foi debatido sobre os anúncios estratégicos para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram definidos grandes desafios: (1) Capacitação de gestores e conselheiros sobre o direito humano à alimentação; (2) Estruturação do Sisan para operacionalização das políticas alimentares; (3) Prevenção

de conflitos de interesse no Sisan; (4) Fortalecimento dos Conseas para atuação autônoma e adequada; (5) Estruturação do financiamento do Sisan para garantir a gestão e controle social. A SECF realizará uma oficina de trabalho para discutir novos marcos normativos para o Sisan, incluindo normas operacionais básicas e financiamento, visando a pactuação interfederativa. A apresentação de um novo instrumento, chamado "Tria", foi mencionada. Desenvolvido pelo Ministério da Saúde, ele busca facilitar o acesso de indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar às políticas de garantia do direito humano à alimentação. O "Protocolo Brasil Sem Fome", construído de forma intersetorial, orientará estados e municípios no enfrentamento da fome, garantindo a efetividade do Sisan. Sugestão para que o "Tria" e o protocolo sejam apresentados em plenárias futuras para consideração e discussão. A presidenta agradeceu a fala da senhora Mariana Santarelli e convidou a senhora Daniela para apresentar o que foi discutido na CP4. Senhora Daniela expressou sua alegria pela participação do governo federal em várias pastas e destacou a presença do MDS e do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, reconhecendo o esforço dos servidores públicos e comissionados. Informou que a comissão CP4, voltada para o direito humano à alimentação adequada, teve dois dias de reuniões produtivas, com a participação de 32 pessoas, incluindo representantes da sociedade civil e do governo. Daniela fez menção ao relato sobre a prática conjunta da comissão, enfatizando a construção de uma recomendação relacionada ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que trata de medidas socioeducativas para adolescentes e jovens em restrição de liberdade, e ao sistema prisional, com foco em uma abordagem antirracista e no direito humano à alimentação adequada. No segundo dia de reuniões, houve esclarecimentos sobre temas como cozinha solidária e hortas urbanas. Destacou um relato do Observatório dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua, que revelou o aumento da população em situação de rua no Brasil, abrangendo não apenas as capitais, mas todo o território nacional. Daniela enfatizou a gravidade da situação, descrevendo a violação dos direitos humanos, especialmente o direito à alimentação adequada, e mencionou dados sistematizados pelo Ministério dos Direitos Humanos sobre essa população. Foi ressaltada a importância de conhecer melhor essa população, que além do Cadastro Único, também é contemplada pelo Bolsa Família. Informou que o governo federal decidiu priorizar a população em situação de rua para o Bolsa Família, considerando dados que mostraram que essa população não era adequadamente priorizada anteriormente. Essa é uma vitória significativa para a comissão. Anunciou que, no dia seguinte, o site do MDS publicaria informações sobre as unidades gestoras selecionadas para atuar como ponte entre os recursos disponíveis e a execução de programas. Destacou que algumas dessas cozinhas solidárias estarão voltadas à população em situação de rua e outras situações de vulnerabilidade. Relatou sobre o avanço das hortas urbanas e a necessidade de dialogar com movimentos sociais, como os de catadores e de população em situação de rua. Também foi discutida a possibilidade de utilizar espaços ociosos no sistema prisional para implementar hortas, promovendo a dignidade humana e a inclusão dessas pessoas no processo. Compartilhou que a comissão teve uma conversa produtiva com o Ministério dos Direitos Humanos sobre a criação de um curso e oficinas para capacitação de gestores públicos. O objetivo é mobilizar esses gestores, pois, muitas vezes, são eles que podem dificultar o acesso ao direito à alimentação adequada. Daniela pediu que fossem projetados os encaminhamentos na tela e chamou o senhor Ubiraci (Bira) para que ele

pudesse introduzir um importante processo de encaminhamento que traria mais informações sobre a elaboração de uma campanha nacional. Bira informou que a comissão aprovou por unanimidade a criação de uma campanha nacional com o tema “Menos Juros, Menos Fome, Mais Segurança Alimentar, Mais Direito Humano à Alimentação Adequada”. A campanha inclui a produção de cartazes e materiais visuais (banners, adesivos, etc.) para apoiar o presidente da República em sua luta pela redução das taxas de juros, reconhecendo a importância desse tema na luta contra a fome. Destacou que a decisão é crucial, pois a redução das taxas de juros impacta diretamente na segurança alimentar e nos direitos humanos, contribuindo para um acesso mais justo e adequado à alimentação. Reforçou a importância da campanha contra as taxas abusivas de juros, ressaltando que a redução dessas taxas é fundamental para garantir recursos que fortaleçam a agenda de segurança alimentar e nutricional, bem como o direito humano à alimentação adequada. Enfatizou que a mobilização em torno dessa campanha é essencial para que os recursos necessários cheguem efetivamente às políticas de combate à fome. Informou sobre a intenção de solicitar uma reunião com o Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir o direito humano à alimentação adequada e as especificidades dos arranjos políticos e institucionais necessários para a execução de políticas públicas e programas de segurança alimentar e nutricional (SAN). Destacou a importância de incluir representantes do governo e de ministérios específicos nessa conversa, visando sensibilizar os órgãos de controle sobre a agenda do direito humano à alimentação adequada. Daniela chamou a atenção para a necessidade de que a Secretaria monitore o processo do Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), em relação ao compromisso assumido pelo Brasil na última Assembleia Mundial da Saúde. Informou que o prazo estabelecido pela OMS (Organização Mundial de Saúde) para cumprimento desse compromisso se aproxima (05 de setembro). A conselheira Sônia trouxe à tona a necessidade de acompanhamento da Resolução nº 4/2024 do Consea, que aborda o controle do marketing digital de substitutos de leite materno, que não foi encaminhada para apreciação na Assembleia Mundial de Saúde de 2025. O intuito é garantir que essa proposta seja revisitada e considerada nos próximos passos. A presidenta agradeceu à CP4 e informou que o Ministério da Saúde comunicou que perdeu o *timing* da negociação com outros países sobre a demanda de controle da publicidade digital. O ministério se comprometeu a realizar toda a articulação necessária para apresentar essa demanda na próxima Assembleia Mundial da Saúde. A resposta é pública e pode ser compartilhada com os membros do Conselho. Confirmou que será feito um convite ao TCU para a próxima reunião da CP4. A pauta deve incluir essa discussão, que será organizada na preparação da reunião de outubro. Reforçou a necessidade de apresentar um plano concreto para a campanha sobre a redução das taxas de juros. Destacou que é fundamental que a CP apresente detalhes sobre quem será responsável pela campanha, qual o financiamento e as ações planejadas. A proposta precisa ser estruturada para que a plenária possa avaliar sua viabilidade, considerando os prazos estabelecidos. Daniela agradeceu e comunicou que a CP4 se encontraria de forma remota nos próximos 15 dias, e se comprometeriam com a plenária para apresentação da proposta da campanha. O conselheiro Bira afirmou seu compromisso em desenvolver um plano estruturado para a campanha, abordando aspectos como financiamento, responsabilidades e palavras de ordem e destacou a importância de apresentar a proposta de forma concisa e organizada, garantindo que todos os detalhes sejam

considerados. A presidenta Elisabetta Recine perguntou ao plenário sobre a pertinência da proposta da CP4 de realizar uma mobilização em favor da redução das taxas de juros. Enfatizou a importância de obter a concordância do plenário antes de avançar na mobilização. Ela reforçou que a proposta elaborada por Bira deverá passar pela CP4 para garantir que as propostas sejam coletivas e respeitem os rituais estabelecidos. Agradeceu a colaboração e o entendimento de todos sobre a necessidade de seguir os procedimentos. Em seguida a coordenadora da CP3, Vanessa Schottz, iniciou sua fala. A CP3 realizou uma oficina para discutir os desafios relacionados às propostas da Conferência, mas não conseguiu finalizá-las devido ao volume de propostas. Um grupo de trabalho foi formado para finalizar a discussão e encaminhar as propostas aos membros da CP, que serão posteriormente apresentadas ao plenário. Reconhecimento da importância do debate realizado anteriormente sobre o PNAE e as propostas de alteração da Resolução 06, especialmente em relação à compra da agricultura familiar. Cássia e Petra apresentaram as mudanças propostas, que incluem a priorização das mulheres na agricultura familiar e a regulamentação sobre os custos de insumos. A CP expressou preocupação com as flexibilizações ocorridas nos governos recentes que reduziram o percentual de agricultores familiares necessários para caracterizar uma cooperativa. Atualmente, é exigido que apenas 50% da cooperativa seja composta por agricultores familiares, o que causa distorções. A CP3 destacou a importância de dialogar com o MDA sobre denúncias de irregularidades envolvendo cooperativas e quais protocolos de ação estão em vigor. A necessidade de desagregar dados sobre a compra da agricultura familiar foi enfatizada, incluindo informações sobre cooperativas, associações, mulheres e comunidades tradicionais. O lançamento do CAF 3.0 foi mencionado como uma expectativa para melhorar a coleta de dados. Foi expressado o receio de que projetos de lei relacionados ao PNAE em tramitação no Congresso possam trazer riscos à política atual. Foi solicitado ao Consea uma reunião com o MEC, senadora e FNDE para manifestar preocupações sobre a tramitação do projeto de lei. A CP3 discutiu o Programa de Fomento Rural, coordenado pelo MDS, que fornece recursos a famílias rurais em situação de vulnerabilidade. Camille, do MDS, apresentou o programa, e a CP3 destacou a importância do monitoramento e da integração com ações de assistência técnica e rural (ATER). Sugestão de que o FNDE participe do grupo gestor do programa para melhorar a articulação. A presidenta agradeceu a todos pela paciência e perguntou se alguém tinha alguma dúvida ou precisava de informação adicional sobre o relato da CP3. A presidenta citou as recomendações a serem apreciadas foram elas: (1) recomendação da CP6 sobre EBIA indígena, (2) recomendação da CP2 sobre livro didático de educação alimentar e nutricional, (3) recomendação da CP7 sobre CadÚnico, (4) recomendação conjunta da CP1 e CP3 sobre o Projeto de Lei do PNAE 3.002, (5) apreciação da ementa do grupo de trabalho sobre conflitos de interesse, (6) recomendações da CP3 para que seja mantido o Planapo e a implementação do Pronara. A presidenta consultou o plenário sobre a elaboração e aprovação do texto sobre o Planapo pela mesa diretiva. A presidenta sugeriu o início da leitura da recomendação sobre a EBIA indígena. Recomenda-se à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), ao Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI), ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ministério da Igualdade Racial, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Clima, ao Ministério do Planejamento e Orçamento, à Casa

1477 Civil, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e  
1478 Agricultura Familiar, à Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), ao Ministério da Saúde, à  
1479 Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e ao Banco Nacional de  
1480 Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que sejam viabilizados recursos  
1481 financeiros e humanos para a realização do primeiro inquérito nacional sobre a  
1482 soberania e segurança alimentar dos povos indígenas no Brasil, coordenado pela Rede  
1483 Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan). Que os órgãos  
1484 citados possam articular, a partir de suas atribuições específicas, ações em apoio à  
1485 execução deste inquérito, assegurando a inclusão de todas as aldeias presentes no plano  
1486 amostral, mesmo aquelas mais remotas e de difícil acesso, que podem representar as  
1487 populações mais vulneráveis à insegurança alimentar e à fome. Que se opere a  
1488 intermediação entre os profissionais de pesquisa e as lideranças indígenas, garantindo  
1489 a participação dos gestores regionais e locais das políticas indigenistas neste processo.  
1490 Que se envidem esforços para que, na maior brevidade possível, seja realizado o  
1491 inquérito, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e outros  
1492 indicadores pertinentes. A Presidenta destacou a unanimidade quanto à necessidade e  
1493 urgência de se obter informações por meio deste inquérito. Contudo, ela expressou  
1494 profundas dúvidas sobre a nomeação da Rede, ressaltando que, ao utilizar recursos  
1495 públicos, é necessário ter cautela ao indicar uma organização específica para a  
1496 realização de atividades. Essa abordagem poderia gerar questionamentos e  
1497 desigualdades em relação a outras organizações que também poderiam se considerar  
1498 competentes. A presidenta sugeriu que o Conselho aprovasse o mérito da proposta, mas  
1499 reformulasse a maneira de incentivar o governo a assumir a responsabilidade pela  
1500 realização do inquérito, evitando assim a criação de precedentes que poderiam levar a  
1501 situações desfavoráveis para o Conselho no futuro. Em seguida, a Presidenta abriu a  
1502 palavra para a plenária, convidando os participantes a expressarem suas opiniões ou  
1503 dúvidas sobre a questão levantada. A senhora Elisabetta Recine continuou sua fala  
1504 abordando a questão ética relacionada à proposta de nomear a Rede Brasileira de  
1505 Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan) para a realização do inquérito.  
1506 Ela afirmou que não há problemas éticos do ponto de vista da pesquisa em si, mas  
1507 ressaltou a importância de não especificar que a Rede deve ser a responsável pela  
1508 execução do inquérito. Embora reconheça que a Rede seja atualmente a mais habilitada  
1509 e que esteja desenvolvendo a metodologia necessária, a indicação poderia gerar  
1510 complicações que dificultariam a defesa da proposta. A Presidenta enfatizou a  
1511 necessidade de se dirigir ao governo de maneira que preserve a independência do  
1512 Conselho, sugerindo que a responsabilidade pela realização do inquérito deve ser  
1513 atribuída ao governo, sem a preferência por uma organização específica no documento  
1514 que seria assinado. A senhora Ana Segall concordou com a presidenta e disse que  
1515 esperam apenas uma carta de apoio político do Consea. O conselheiro Jean sugeriu que  
1516 retirassem o nome da Rede e que mantivessem a recomendação. A Sra. Elisabetta  
1517 Recine questionou a plenária sobre o conforto e o entendimento em relação a uma  
1518 alternativa proposta. Ela perguntou se todos estavam informados e confortáveis com a  
1519 proposta, e sugeriu uma pausa para permitir que os participantes lessem o material em  
1520 questão. Foi levantada a importância de incluir no texto a necessidade de medidas de  
1521 sensibilização para a utilização desses materiais didáticos. A Sra. Recine questionou o  
1522 que seriam "medidas de sensibilização", com a explicação de que se trataria de  
1523 processos de formação dos docentes, sugeridos pelo pessoal do FNDE, para garantir a

efetiva comunicação e implementação dos materiais. Após breve discussão, foi proposto que a Secretaria revisasse o texto, considerando que qualquer modificação que contrariasse as preocupações expressas pela plenária fosse reformulada. A proposta foi aprovada pela plenária, com a decisão de que qualquer menção que limitasse as possibilidades de realização em uma única instituição ou organização seria retirada. A recomendação sobre o CadÚnico, proposta pela CP7, foi discutida. A proposta sugeria que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome adotasse medidas para ampliar e qualificar a inclusão das famílias de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Único. Isso inclui a orientação aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para a devida marcação do pertencimento a essas comunidades durante o processo de inclusão ou atualização cadastral. A recomendação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Foi sugerido que o texto fosse atualizado para refletir o decreto mais recente sobre o tema. Foi discutida a recomendação sobre o Projeto de Lei 3002, que propõe a criação da Política Brasileira de Alimentação Escolar. Alguns membros do CONSEA expressaram preocupações sobre a revogação da Lei 11.947/2009 (Lei do PNAE), que poderia ser afetada pela nova proposta de PL. O entendimento foi de que a criação de uma nova política não deveria implicar na revogação da lei existente. Foi sugerido que, antes de encaminhar a recomendação formal ao Congresso Nacional, fosse mais estratégico realizar uma reunião com os envolvidos, incluindo a senadora autora do projeto, a Presidência do FNDE, e a Casa Civil, para avaliar o impacto da proposta e tentar buscar um consenso. Alguns membros sugeriram que a recomendação fosse adiada até que o cenário evoluísse e um diálogo mais direto fosse estabelecido. Após uma reflexão sobre as estratégias e os riscos de dar visibilidade imediata ao projeto, a proposta foi colocada em votação. A recomendação foi aprovada com a seguinte orientação: que se busque um diálogo preliminar com os atores políticos antes de tornar a recomendação pública. A conselheira Kota Mulanji sugeriu a aproximação com o legislativo, para acompanhar os projetos de lei que envolvem segurança alimentar e garantir que eles cheguem ao CONSEA. Mariana Santarelli alertou para os riscos de perdas em projetos de lei em tramitação, como a perda dos 30% destinados à agricultura familiar no PNAE. Ela defendeu a criação de um documento formal, que possa ser usado como base para discussões e estratégias de advocacy. A presidenta Elisabetta Recine propôs transformar as preocupações e conteúdos discutidos em um ofício formal para ser enviado ao FNDE e ao Senado, solicitando audiências e destacando a importância do histórico e da análise de PLs já em andamento. A discussão sobre financiamento do PNAE culmina na recomendação de aumentar os recursos destinados ao programa, com base na inflação e criando mecanismos permanentes de reajuste, para evitar a defasagem dos valores per capita. Essa recomendação foi encaminhada ao Ministério da Educação, Planejamento, Fazenda, e ao Congresso Nacional. Daniela Frozi destacou a situação de vulnerabilidade de algumas regiões, como a Ilha de Marajó, onde a violência e os índices elevados de insegurança alimentar exigem um aumento específico dos recursos para o PNAE. Ela sugeriu que a recomendação de ampliação de recursos para o PNAE contemple essa questão de desigualdade regional e a priorização de territórios mais vulneráveis, como os territórios de violação de direitos humanos. Vanessa Schottz concordou com a importância dessa preocupação, mas sugeriu que se crie uma recomendação separada e específica para os territórios mais vulneráveis, como a Ilha de Marajó, para que haja um mecanismo específico de alocação de recursos. Mariana Santarelli deu sequência na discussão a partir do que foi discutido dentro do

Grupo de Trabalho (GT) de Conflito de Interesses (COI), ela relatou que o GT discutiu formas de prevenir conflitos de interesse no processo de renovação da composição do CONSEA, em apoio à comissão de transição. Explicou que o foco do GT está na elaboração de orientações e parâmetros para a prevenção de COI, e que essas orientações serão encaminhadas à mesa diretiva e à comissão de transição do CONSEA para apreciação. Elisabetta Recine ressaltou que a autonomia da comissão de transição não pode ser comprometida. Ou seja, o GT não tem autoridade para definir regras, mas pode fornecer subsídios para a elaboração de documentos e orientações. Ela sugeriu ajustar o texto dos objetivos do GT para refletir essa autonomia e foco na prática do CONSEA, sem interferir diretamente na composição do conselho. Jean e Daniela sugeriram que a agenda do GT priorizasse a atuação no Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, para garantir que mecanismos de COI sejam incorporados a essa rede de atuação, dada sua relevância no contexto de segurança alimentar. Por fim, a plenária definiu registrar e formalizar as preocupações sobre os PLs e a situação do PNAE, criando um ofício formal para ser enviado às autoridades competentes, como o FNDE e o Senado. O grupo aprovou a recomendação para ampliar os recursos destinados ao PNAE especificamente ajustando os valores *per capita* para refletir as perdas inflacionárias. Também foi aprovado o trabalho do GT de COI com ajustes na redação dos objetivos, incluindo a remoção de termos que sugerem interferência na autonomia da comissão de transição e a prioridade para o trabalho com o SISAN. A mesa diretiva do CONSEA ficou de discutir e elaborar uma agenda de trabalho que contemple essas demandas e encaminhamentos, incluindo a possível participação de autoridades econômicas (como o Ministro da Fazenda) em futuras discussões. Daniela iniciou a discussão mencionando que todos os Grupos de Trabalho (GTs) dentro do CONSEA seguem um procedimento específico e que o mesmo procedimento deveria ser adotado para o GT de Conflitos de Interesse. Mariana Santarelli, representante do Observatório da Alimentação Escolar, destacou que o processo da comissão de transição já estava em andamento e que, devido aos prazos apertados, a resolução sobre o COI teria que ser produzida entre o momento atual e o dia 15 de agosto, visto que o regramento precisa estar pronto até o final de setembro, conforme o cronograma da comissão de transição. Ela afirmou que não haveria tempo para trazer a discussão para a plenária. O conselheiro Jean questionou a necessidade de incidir especificamente sobre a composição do CONSEA e a comissão de transição, destacando que a comissão já estava trabalhando e apresentando planos à mesa diretiva. Ele sugeriu que, ao criar um GT para dar subsídios, o CONSEA estaria influenciando o trabalho da comissão eleitoral, o que ele considerou não adequado. A Presidenta do CONSEA, senhora Elisabetta Recine, reforçou que a comissão responsável pelo processo de escolha da composição 2025/2027 tem soberania sobre suas decisões, conforme aprovado na Resolução. Ela explicou que, embora o tema de conflitos de interesse tenha sido explicitamente abordado nas propostas da 6ª Conferência Nacional, ele ainda carecia de mais detalhes. A comissão de transição aceitou receber os subsídios do GT, mas não os consideraria mandatórios. Diante disso, a Mariana Santarelli concordou em retirar a proposta do GT, afirmando que a contribuição poderia ser feita posteriormente. Elisabetta Recine propôs então manter os seguintes pontos para o GT: (i) elaborar uma resolução sobre prevenção de conflitos de interesse no CONSEA, (ii) promover a formação em COI para conselheiros, e (iii) incidir sobre a CAISAN para a criação de mecanismos de prevenção, mitigação e gestão de COI no SISAN. A plenária aprovou esses objetivos, e a proposta foi

encaminhada. Ronald, Coordenador-Geral de Articulação da Participação Social na Secretaria Nacional de Participação Social, apresentou o Plano Clima Participativo, uma iniciativa do governo para dar materialidade aos compromissos do presidente Lula, alinhando as questões de desigualdade, clima e governança. Ele destacou que o processo será híbrido, com participação presencial e digital, e ocorrerá por biomas. O calendário das plenárias já havia iniciado e a plataforma digital do Brasil Participativo estaria disponível até o dia 26 de agosto para receber propostas. O objetivo é que as principais propostas dos 18 eixos do Plano Clima sejam apresentadas na COP29 no Azerbaijão. Elisabetta Recine agradeceu a apresentação do senhor Ronald e comprometeu-se a divulgar o calendário e as informações relativas ao Plano, compartilhando-as com os conselheiros e nas plataformas de comunicação do CONSEA. Foi abordado também o Plano Executivo da CAISAN, e Luiza Trabuço fez um comentário sobre o trabalho das CPs e o prazo para a entrega das propostas. Ela explicou que algumas CPs não conseguiram concluir suas contribuições a tempo e que precisariam de mais tempo. A expectativa é que o GT da CAISAN, responsável pela elaboração do plano, seja instalado até o dia 13 de agosto, com uma oficina intersetorial prevista para a primeira semana de setembro. Ela também mencionou a necessidade de ajustar o fluxo de tramitação das recomendações dentro do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), especialmente em relação ao monitoramento das recomendações e respostas aos diferentes ministérios. Ela sugeriu que o CONSEA e a CAISAN trabalhassem juntos para definir um processo intersetorial para responder a essas recomendações, e que isso fosse formalizado por meio de resolução. A senhora Laura Asher, representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, fez um agradecimento pela oportunidade de falar na reunião. Ela destacou a importância das parcerias entre os ministérios, especialmente no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em regiões de hipervulnerabilidade. Ela mencionou que a intersectorialidade tem sido um desafio, mas que os ministérios estão colaborando para enfrentar os problemas de fome e desigualdade. A reunião foi encerrada pela presidenta Elisabetta Recine, agradecendo a participação de todos e também a equipe reforçando os encaminhamentos discutidos. Como resultado dos trabalhos dessa sessão Plenária 03 (três) recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº 12/2024 sobre a EBIA indígena; Recomendação nº 13/2024 sobre CadÚnico para PCTs; Recomendação nº 14/2024 sobre Livro didático e Educação Alimentar e Nutricional; Recomendação nº 15/2024 sobre financiamento do PNAE baseado no IPCA; e Recomendação nº 16/2024 sobre a necessidade de lançamento do PLANAPO com a devida incorporação do PRONARA. Encerrada a 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2024, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 28/02/2025.**